

**Região Administrativa
de Ribeirão Preto**



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 1997-2000
Índice Paulista de Responsabilidade Social



**Mesa Diretora da Assembléia
Legislativa do Estado de São Paulo**

Presidente

Deputado Sidney Beraldo

1º Secretário

Deputado Emidio de Souza

2º Secretário

Deputado José Caldini Crespo

1º Vice-Presidente

Deputado Roque Barbieri

2º Vice-Presidente

Deputado Ary Fossen

3º Secretário

Deputado Marquinho Tortorello

4º Secretário

Deputada Maria Lúcia Prandi

UMA FERRAMENTA PARA PLANEJAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO

Conhecer melhor para decidir corretamente. É com esse propósito que a Assembléia Legislativa contratou a Fundação Seade para elaborar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, uma radiografia da qualidade de vida em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

A decisão de elaborar este levantamento remonta aos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, iniciativa do então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Vanderlei Macris, e consumada com a aprovação da Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, capacitando o Poder Legislativo para avaliar de forma consistente as performances das políticas públicas governamentais implementadas.

Nessa perspectiva, a elaboração, a disponibilização dos resultados, a disseminação e o incentivo ao uso do IPRS, por parte dos mais diferentes atores públicos e privados do Estado de São Paulo, através de iniciativas conduzidas pela Assembléia Legislativa, resultam numa ferramenta de enorme valia para que sejam mais bem identificados e qualificados os desafios colocados aos governos e à sociedade com vistas à promoção do desenvolvimento com face humana, em que os frutos do crescimento econômico e da expansão das atividades produtivas, ao lado da decorrente ampliação das fontes de financiamento dos gastos públicos, estejam a serviço da melhoria permanente das condições de vida da população, notadamente daqueles grupos mais vulneráveis e menos incluídos social e economicamente.

Ao divulgar a versão do IPRS atualizada com os dados censitários de 2000, a Assembléia Legislativa deixa evidente qual desenvolvimento estará sendo tratado e promovido, subordinando-o à melhoria estrutural e permanente das condições de vida da população e, assim, sendo capaz de produzir, como consequência, a continuada evolução positiva daqueles indicadores que possibilitam aferir, com acuidade e precisão, os avanços da qualidade de vida que se deseja ver materializados e que o IPRS estará comprovando.

É particularmente relevante chamar atenção para o fato de que a metodologia adotada para a construção e cálculo do IPRS, ao lado de permitir análises e comparações análogas àquelas proporcionadas pelo IDH, possibilita ir além disso, porque trabalha com um conjunto mais amplo de variáveis associadas às condições de vida das pessoas, que melhor explicam e caracterizam a situação do desenvolvimento humano nos municípios e regiões do Estado. O índice permite a elaboração de diagnósticos e o desenho de diretrizes e ações, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto daquelas iniciativas que deveriam ser adotadas pelo setor privado, a partir de estímulos e mecanismos de indução ou apoio; além, é claro, do que possa ser promovido pelas mais diferentes organizações da sociedade civil, em seu compromisso com a melhoria das condições de vida.

Com efeito, o IPRS também serve de emulador às boas práticas administrativas e de governança, pois dota os municípios do Estado de indicadores objetivos que demonstram quais esforços devem ser empreendidos para melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Diante dos cenários socioeconômicos que podem ser construídos a partir do IPRS, a população e as lideranças locais e regionais, em cada parte do território paulista, poderão debater e estabelecer iniciativas e metas a serem desencadeadas e perseguidas, com vistas à construção dos caminhos em direção ao desenvolvimento econômico sustentado, que possam resultar, ao mesmo tempo, em melhorias concretas das condições de vida, expressas pela obtenção de medidas do IPRS que reflitam objetivamente tais avanços.

Deputado Sidney Beraldo,
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Emidio de Souza
1º Secretário

Deputado José Caldini Crespo
2º Secretário



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador

Cláudio Lembo

Secretário de Economia e Planejamento

Andrea Sandro Calabi

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira – interina

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretora Adjunta de Análise Socioeconômica

Ana Celeste de Alvarenga Cruz – respondendo pelo expediente

Diretora Adjunta de Produção de Dados

Maria Cecília Comegno – respondendo pelo expediente

Chefia de Gabinete

José Max Reis Alves

Conselho de Curadores

Andrea Sandro Calabi (Presidente)
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
Carlos Antonio Luque
Hélio Nogueira da Cruz
Luiz Antonio Vane
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira
Maria Fátima Pacheco Jordão
Neide Saraceni Hahn
Ruben Cesar Keinert

Conselho Fiscal

Eunice Barboza Machado
Fábio Alonso
Ironice da Rocha Silva

SÃO PAULO SOB UMA NOVA VISÃO

Um raro e ambicioso empreendimento. Talvez seja essa a melhor qualificação de *O Estado dos Municípios*, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio de contrato com a Fundação Seade, oferece à sociedade e àqueles que definem políticas e ações sociais.

Trata-se de extensa análise da situação socioeconômica de cada um dos 645 municípios paulistas, realizada por meio das informações do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. Espera-se com isso contribuir tanto para o aprimoramento da formulação de políticas públicas e da definição de metas e prioridades, quanto para o acompanhamento da evolução de seus resultados, decisivo para construção de consensos e para avaliação da ação do poder público e dos agentes sociais.

Desdobramento do IPRS, proposto nos debates do *Fórum São Paulo Século XXI*, o IPRS-2000, além de um relatório técnico que descreve a elaboração do índice, gerou a presente publicação, para tornar mais fácil o emprego de suas informações. Abre-se, assim, uma grande vertente para a produção de análises municipais e regionais, permitindo comparações entre a situação e o desempenho dos diferentes municípios paulistas, por meio dos indicadores das três dimensões do IPRS: riqueza, longevidade e escolaridade. Além disso, o acesso às variáveis que compõem aqueles indicadores permite estabelecer relações entre si, criando outras possibilidades para a compreensão de diferentes fenômenos econômicos e sociais e suas inter-relações.

São inúmeros os exemplos das potencialidades de uso dessas informações: desde o desvendamento de padrões específicos do desempenho econômico e social dos municípios, até a identificação de situações surpreendentes, como o fato de Pedrinhas Paulista, um município de pequeno porte, ser o único classificado no Grupo 1 do IPRS, na Região Administrativa de Marília, ou, ainda na mesma região, a classificação de Oscar Bressane, que ocupa o 1º lugar no Estado, na dimensão escolaridade.

O confronto entre as variáveis de riqueza de Jaguariúna e Paulínia, por exemplo, permite inferir que, no primeiro município, houve importante expansão das atividades industriais, provocando impacto positivo nos níveis salariais ali vigentes. Já no segundo, onde o crescimento das atividades industriais foi ainda mais intenso, ocorreu redução dos salários médios reais. Pode-se admitir que, no primeiro caso, tratou-se de uma expansão baseada na introdução de novas unidades produtivas na economia local, que chegaram a afetar a própria estrutura ocupacional do município. Em Paulínia, parece ter ocorrido, prioritariamente, a ampliação do valor da produção de unidades preexistentes, de modo que os salários acompanharam o movimento geral desta variável no conjunto do Estado.

Outro caso paradigmático: embora em 1º lugar no *ranking* de riqueza do Estado, Barueri encontra-se mal posicionado na dimensão longevidade, razão de sua classificação no Grupo 2. Para avançar ao Grupo 1, seria necessário um conjunto de iniciativas para reduzir a mortalidade no município. Muitos esforços têm sido realizados para tanto e as taxas de mortalidade infantil e perinatal diminuíram, entre 1997 e 2000. Porém, a mortalidade de jovens e adultos estabilizou-se em patamar muito elevado e a de idosos, embora em queda, também é muito alta. Sabe-se que a mortalidade entre jovens e adultos tem causas totalmente distintas da mortalidade infantil e exige respostas que, geralmente, envolvem a segurança pública, os cuidados com o trânsito e o sistema viário e o combate à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis.

Estes 16 volumes constituem útil ferramenta para os gestores públicos melhor conhecer a realidade onde atuam e para informar aos cidadãos a situação de seus municípios. Como qualquer indicador, os do IPRS possuem limitações e não se pode exigir deles mais do que são capazes. A Fundação Seade, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, agradece a confiança que mereceu da Assembléia Legislativa e espera, com esta publicação, contribuir para o avanço da democratização das informações e para o pleno exercício da cidadania em nosso Estado.

Andrea Sandro Calabi

Secretário de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo
Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Seade

Felícia Reicher Madeira

Diretora Executiva da Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 9
Região Administrativa de Ribeirão Preto, 19

Municípios

Altinópolis, 25
Barrinha, 27
Brodowski, 29
Cajuru, 31
Cássia dos coqueiros, 33
Cravinhos, 35
Dumont, 37
Guariba, 39
Guatapar, 41
Jaboticabal, 43
Jardinópolis, 45
Luís Antônio, 47
Monte Alto, 49
Pitangueiras, 51
Pontal, 53
Pradópolis, 55
Ribeir Preto, 57
Santa Cruz da Esperança, 59
Santa Rosa do Viterbo, 61
Santo Antonio da Alegria, 63
So Simão, 65
Serra Azul, 67
Serrana, 69
Sertãozinho, 71
Taquaral, 73

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo contratou a Fundação Seade para a elaboração do IPRS, com o objetivo de fornecer instrumentos que permitam o acompanhamento da situação social e econômica desses municípios e que subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas em âmbito municipal.

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, a operacionalização de ambos apresenta diferenças substanciais, uma vez que o IPRS busca gerar indicadores de curto prazo e evitar os inconvenientes de utilizar um índice sintético baseado numa média das dimensões que o compõem.

Como se sabe, o paradigma do desenvolvimento humano propugna a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida da população residente em determinado território. Considera que, além da renda, outras dimensões devem ser incluídas para se ter um quadro mais completo das condições de vida de uma sociedade. No desenvolvimento do IDH, propôs-se que mais duas dimensões fossem incorporadas à renda: a longevidade e a escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação ao nível de renda para se gerar um indicador mais abrangente das condições de vida.

Para fazê-lo, o IDH selecionou variáveis específicas para cada dimensão: PIB *per capita*,¹ para a dimensão riqueza; esperança de vida ao nascer, para a dimensão longevidade; e a combinação da taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos e mais (com peso de 2/3) com a taxa de matrícula bruta (peso de 1/3), para a dimensão escolaridade. Os indicadores de cada dimensão são padronizados e transformados numa escala de 0 a 100, que permite calcular a média aritmética simples dos indicadores resultantes em cada uma das escalas.

O interesse pela utilização do IDH como instrumento analítico para a definição de prioridades e metas de políticas públicas vem crescendo notavelmente desde a divulgação do primeiro Relatório Internacional de Desenvolvimento Humano, em 1990, por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD, que procura destacar, como objetivos a serem alcançados por toda e qualquer nação, no longo prazo, não só a ampliação do bem-estar material da população, mas também o alargamento

da liberdade das escolhas pessoais, o que pressupõe a criação de um ambiente propício para a experiência de uma vida longa, saudável e criativa. A segunda razão decorre da facilidade com que o IDH possibilita comparações internacionais e, dependendo da disponibilidade de informações estatísticas dos países, também comparações em âmbito regional ou local, mediante a classificação dos países, Estados ou municípios em um *ranking* a partir do qual podem ser identificadas três categorias: baixo desenvolvimento humano (IDH menor que 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH maior que 0,5 e menor que 0,8); e alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

No Brasil, o Escritório Regional do PNUD patrocinou a elaboração de um Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, em 1996, e de um Atlas de Desenvolvimento Humano, em 1998. Elaborado conjuntamente pelo Ipea, IBGE e Fundação João Pinheiro, o Atlas utiliza uma medida similar ao IDH (o IDH-M) para reconstituir a evolução dos índices de desenvolvimento humano em nível municipal, no período de 1970 a 1991, tomando por base informações levantadas pelos censos demográficos. Desde então, o IDH-M passou a ser utilizado como referência para o planejamento e a avaliação de políticas e programas sociais no país.

No entanto, para os objetivos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a metodologia adotada para o cálculo do IDH-M possui limitações importantes que o IPRS busca superar. Em primeiro lugar, devido às variáveis utilizadas, originárias do Censo Demográfico, só se pode atualizar o IDH a cada dez anos, período excessivamente longo para quem pretende acompanhar e subsidiar a formulação de políticas públicas. Em segundo lugar, a elaboração de um *ranking* por meio do cálculo das médias dos indicadores das três dimensões do IDH, se facilita a comunicação de seus resultados, dificulta a avaliação da real situação do município em cada uma daquelas dimensões.

Para superar tais limitações, o IPRS, preservando o paradigma do desenvolvimento humano e as três dimensões do IDH, buscou identificar fontes alternativas de dados, em especial registros administrativos, que possibilitassem a atualização mais freqüente do indicador e construiu, por meio de técnicas estatísticas multivariadas, agrupamentos de municípios em situações socioeconômicas semelhantes, evitando o cálculo de um valor médio para cada município.

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das três dimensões do IPRS. Note-se que, por ser um sistema de indicadores que permite o acompanhamento permanente da si-

1 No caso de indicadores municipais, o PIB *per capita* tem sido substituído pela renda familiar *per capita*.

Quadro 1

Síntese das Variáveis Seleccionadas e Estrutura de Pesos Adotada, segundo Dimensões do IPRS

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DE RESULTADO	VARIÁVEIS DE ESFORÇO
Riqueza Municipal	Consumo de energia elétrica residencial (44%) Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços (23%) Remuneração média dos empregados com carteira assinada (19%)	Valor adicionado fiscal per capita (14%)
Longevidade	Mortalidade infantil (30%) Mortalidade de adultos de 60 anos e mais (20%) Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos (20%)	Mortalidade perinatal (30%)
Escolaridade	Porcentagem dos jovens de 15 a 19 anos que concluíram o ensino fundamental (26%) Porcentagem dos jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio (24%) Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos alfabetizadas (24%) Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos alfabetizados (23%)	Porcentagem das matrículas de ensino fundamental oferecidas pela rede municipal (3%)

tuação socioeconômica dos municípios paulistas, as fontes de informações primárias do IPRS não se limitam aos Censos Demográficos, cuja realização ocorre a cada dez anos. Isso exigiu a avaliação de diversas fontes alternativas que possibilitassem a criação de indicadores municipais para as três dimensões, sendo seleccionadas as seguintes:

- indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego;
- indicador de longevidade: dados do Registro Civil produzidos pela Fundação Seade;
- indicador de escolaridade: dados dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e do Censo Escolar, do Ministério da Educação.

Observe-se que, no caso do indicador de escolaridade, ainda se utiliza o Censo Demográfico como fonte de informações primárias, pelo fato de terem ocorrido mudanças, na década de 90, no questionário do Censo Escolar – fonte alternativa preferencial para a produção desses indicadores – o que dificulta a construção de séries históricas. Além disso, tendo em vista a qualidade das informações censitárias, parece inapropriado deixar de utilizá-las quando disponíveis para o ano em pauta.

Desde o início da elaboração do IPRS, além das variáveis de resultado – que caracterizam a situação atual dos municípios, decorrente de fenômenos e processos ocorridos no passado –, buscou-se incorporar outras três, uma para cada dimensão, que refletissem aspectos relacionados aos esforços atualmente empreendidos pelos municípios paulistas (Quadro 1). Ressalte-se que, no cálculo do IPRS ora apresentado, adotou-se uma aproximação inicial dessa abordagem, a ser complementada, oportunamente, por estudos mais detalhados sobre indicadores de esforços em educação e saúde, que foram objeto de trabalhos específicos.

A combinação das variáveis de cada dimensão para a construção de um indicador sintético de riqueza, longevidade e escolaridade implicou a definição dos pesos a serem atribuídos a cada variável (valores entre parênteses no Quadro 1). Para a elaboração dessa estrutura de ponderação, estudou-se a interdependência entre as variáveis por meio de um modelo de análise fatorial. Cada um dos três indicadores sintéticos que correspondem às dimensões do IPRS foi transformado em escala que varia de 0 a 100, de modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação dos municípios.

Esses valores são apresentados nos gráficos que acompanham a análise da situação de cada município do Estado de São Paulo e

Quadro 2
Limites de corte para a definição da escala discreta do IPRS

Dimensão		1997	2000
Escolaridade	Baixa	Até 59	Até 78
	Média	De 60 a 69	De 79 a 85
	Alta	70 e mais	86 e mais
Longevidade	Baixa	Até 59	Até 64
	Média	De 60 a 69	De 65 a 71
	Alta	70 e mais	72 e mais
Riqueza	Baixa	Até 49	Até 49
	Alta	50 e mais	50 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Nota: Em 1992, utilizaram-se os mesmos limites adotados em 1997.

foi a partir de sua ordenação que se obtiveram os *rankings* referidos às três dimensões do IPRS, também citados nas análises.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, tais indicadores foram empregados para a construção de grupos homogêneos de municípios, por meio da aplicação de técnicas de análise multivariada. Para simplificar a utilização de tais técnicas, as escalas contínuas obtidas foram transformadas em escalas discretas, isto é, em vez de se trabalhar com uma escala numérica, considerou-se mais conveniente identificar as categorias Baixa, Média e Alta (no caso do indicador de riqueza municipal, definiram-se apenas as categorias Baixa e Alta), por meio do estabelecimento de parâmetros ou limites de corte na escala original. Os limites das categorias adotados para cada dimensão do IPRS estão descritos no Quadro 2.

Note-se que, em 2000, os limites de corte são maiores que os adotados em 1997, nos casos das dimensões longevidade e, principalmente, escolaridade. Tal opção – que pode dificultar análises comparativas entre os grupos mas não entre os municípios – deveu-se ao fato de que, nessas duas dimensões – em especial na de escolaridade –, os progressos verificados em praticamente todos os municípios paulistas foram tão acentuados que os limites adotados em 1997 mostraram-se incapazes de diferenciar aqueles grupos.

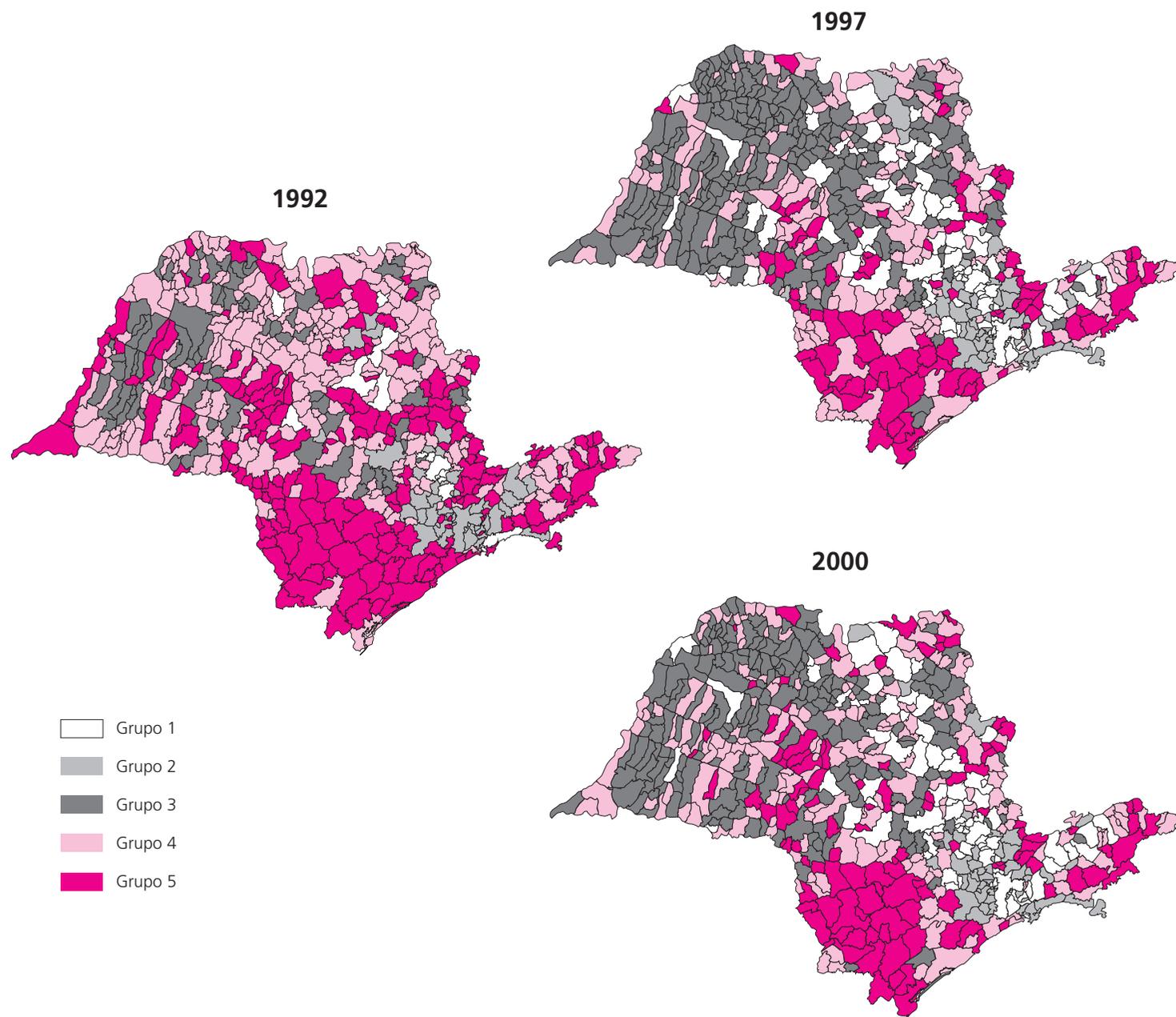
A partir das combinações das escalas das três dimensões, realizadas por análise multivariada, identificaram-se cinco agrupamen-

tos de municípios, apresentados no Mapa 1, cuja descrição geral, empregando-se os resultados de 2000, é apresentada a seguir:

Grupo 1 – incorpora os municípios localizados ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Os 81 municípios que compõem este grupo abrigam 23 milhões de habitantes, ou 62% da população estadual, tornando-o o maior dos cinco grupos em população. Fazem parte dele os grandes municípios paulistas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto e os municípios do ABC), além de outros com importante dimensão econômica (Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Jaboticabal, Jundiaí, São Carlos, etc.). Os municípios deste grupo associam um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais, embora deva-se ressaltar que, sobretudo nos maiores, existem extremas desigualdades nas condições de vida de suas populações que não são perceptíveis nos indicadores municipais agregados. Para superar essa limitação do IPRS, a Fundação Seade apresentou um estudo, também encomendado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, que visa revelar as desigualdades existentes no interior da Região Administrativa de Campinas.

Grupo 2 – corresponde aos municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais. São basicamente aqueles situados nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno. Este grupo inclui apenas 48 municípios que abrigam pouco mais de 5 milhões de habitantes. Ainda que sejam poucos, os municípios deste grupo

Mapa 1
Municípios Paulistas, segundo os Grupos do IPRS
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

podem ser divididos em, pelo menos, três categorias, tal como observado em 1997: os industriais – como Mauá, Cubatão, Diadema e Guarulhos; os que abrigam condomínios de alto padrão – como Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra; e os turísticos, como Atibaia, Campos do Jordão, Guarujá, Ibiúna e Ilhabela. Em todos eles, por distintos processos de formação, constituíram-se estruturas heterogêneas, convivendo níveis elevados de riqueza municipal com uma situação social inadequada. Porém, diferentemente do Grupo 1, o IPRS foi sensível o suficiente para detectá-la.

Grupo 3 – caracteriza-se pela presença de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões, abrangendo a maioria daqueles localizados no norte e no oeste paulista. Este grupo engloba 211 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. O porte médio dos municípios que o compõem (16,7 mil habitantes) é o menor entre os cinco grupos, o que demonstra a alta frequência de pequenos municípios neste agrupamento, embora haja alguns atípicos, como Franca e Santa Bárbara d'Oeste.

Grupo 4 – agrega os municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade e conhecimento. É composto por vários municípios dispersos no oeste paulista e se concentra no centro e na fronteira nordeste do Estado, no Vale do Paraíba e no entorno do Vale do Ribeira. Incluem-se, neste grupo, 191 municípios onde habitam 3,5 milhões de pessoas. Também neste caso, com exceção de Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entre outros, predominam municípios de pequeno porte, em geral localizados em regiões tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5 – é composto pelos municípios em pior situação no IPRS, está fortemente concentrado no Vale do Ribeira, mas inclui também municípios localizados na zona serrana do Vale do Paraíba e na região central do Estado, num total de 114 municípios, onde vivem apenas 2 milhões de pessoas. Com poucas exceções, os municípios são de pequeno porte (seu porte médio é de 17,3 mil habitantes), localizados nas áreas marcadas tradicionalmente pela pobreza e incapacidade local em lograr avanços socioeconômicos significativos.

Obteve-se assim um retrato do Estado de São Paulo, em que se destaca a grande heterogeneidade regional. Existem dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no município de São Paulo, concentrando os municípios mais bem posicionados nas três dimensões do IPRS. Os entornos metropolitanos de São Paulo, Campinas e Baixada Santista caracterizam-se por municípios que, mesmo com bons indicadores de riqueza, abrigam populações com níveis de longevidade e escolaridade sofríveis. O oeste paulista concentra municípios pequenos

e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações possuem bons indicadores sociais. Alguns municípios localizados nos bolsões de pobreza do Vale do Ribeira e das Serras do Mar e da Mantiqueira vêm conseguindo melhorar seus indicadores sociais, mas outros mantêm-se na lógica perversa da pobreza.

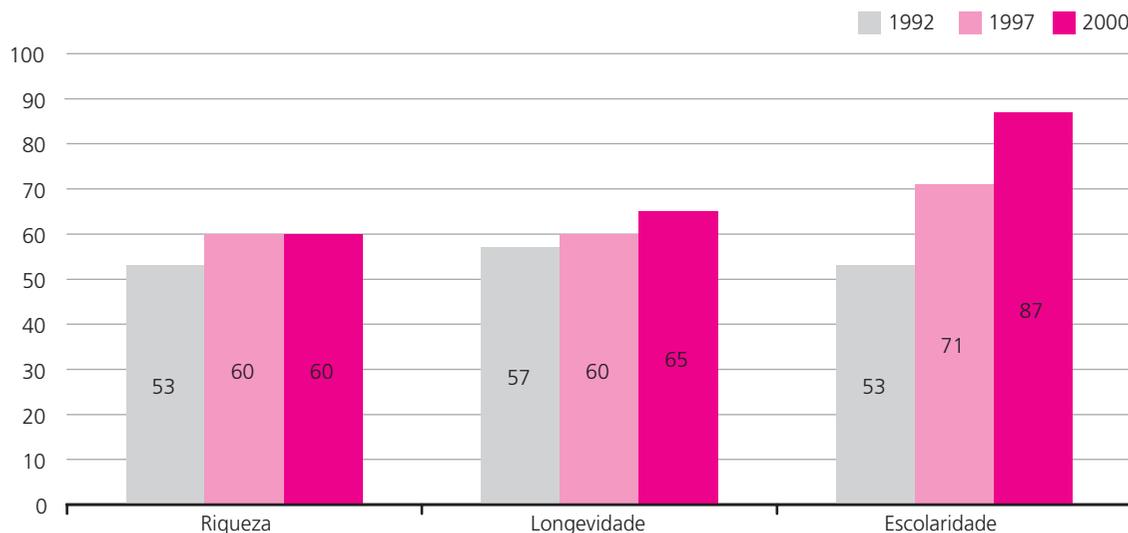
O que se viu em São Paulo, ao longo dos últimos anos, foram tímidas variações do nível da atividade econômica – refletidas na estabilidade dos indicadores de riqueza municipal –, acompanhada de progressos importantes nas condições sociais incluídas no IPRS, como atestam o crescimento do indicador de longevidade e o significativo avanço do indicador de escolaridade. Isso demonstra que, caso fosse considerado apenas o indicador de riqueza para avaliar a situação dos municípios paulistas, o diagnóstico limitar-se-ia a destacar uma virtual estagnação econômica do Estado, deixando de identificar os progressos em sua dimensão social.

Tal descompasso entre o comportamento da economia paulista e dos indicadores sociais mostra que foi possível obter avanços neste último campo, a partir da implementação de políticas públicas adequadas, mesmo em situação econômica desfavorável. Este mesmo descompasso pode levar a alguma perplexidade quanto aos resultados revelados pelo IPRS, uma vez que o baixo dinamismo econômico atinge de forma mais imediata a situação corrente das famílias, seja pelas dificuldades de inserção profissional, seja pela estagnação ou queda de seu rendimento real e de seus níveis de consumo. O que o IPRS revela é que, mesmo com essas ocorrências negativas, as famílias conseguiram inserir e manter seus filhos no sistema educacional e passaram a dispor de melhores condições de saúde, que se refletiram especialmente na redução da mortalidade infantil.

Para facilitar o manuseio das informações e a comparação intermunicipal, os resultados do IPRS foram agrupados segundo as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Cada região é apresentada em volume próprio, contendo, além desta apresentação geral, uma análise agregada do IPRS para o Estado de São Paulo e suas regiões administrativas, uma análise da região específica em seu conjunto e uma para cada um dos municípios que a compõem. O 16º volume reúne uma síntese de todas as regiões. Tendo em vista as dificuldades de comparação dos grupos de municípios, diante da mudança dos limites de corte anteriormente mencionada, estas análises privilegiam as comparações intermunicipais, que não foram afetadas por aquela mudança, destacando os indicadores originais utilizados para a construção do IPRS de modo a simplificar sua apreensão.

Espera-se assim oferecer à sociedade paulista e aos administradores municipais um instrumento que permita avaliar os re-

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
1992-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

sultados da ação governamental ao longo dos últimos três anos, contribuindo para o importante debate sobre os fatores que, de fato, conduzem ao desenvolvimento. Quanto mais se puder compreender o funcionamento e o impacto desses fatores, mais eficazes serão as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento humano.

teve trajetória de crescimento ao longo dos dois períodos e a dimensão escolaridade elevou-se de forma expressiva também nos dois períodos (Gráfico 1). Assim, pode-se constatar que, mesmo em um período de relativa estabilidade de sua economia, como o de 1997 a 2000, obtiveram-se ganhos substanciais nas dimensões sociais do conjunto do Estado, especialmente na referida à escolaridade.

O IPRS do Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, em seu conjunto, apresentou desempenho diferenciado, segundo as dimensões do IPRS. No caso da riqueza, registrou-se aumento entre 1992 e 1997² e estabilidade no período subsequente. A dimensão longevidade man-

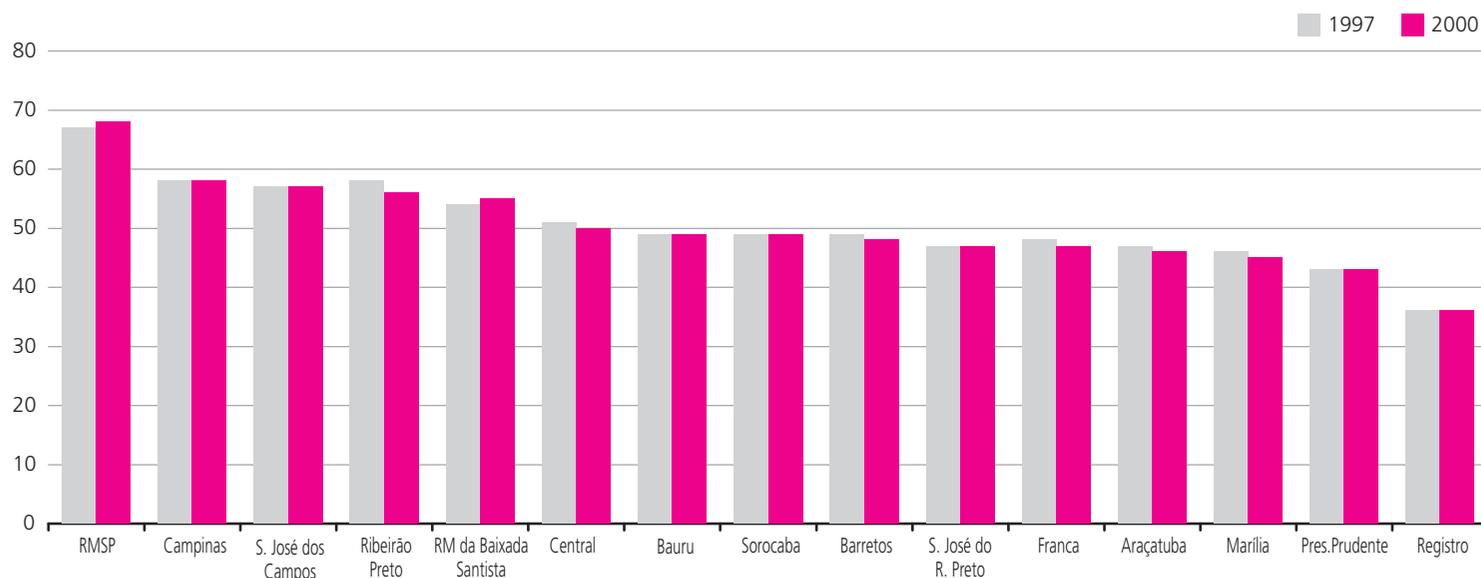
Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,³ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 1997-2000, o seguinte comportamento:

² Os anos que aparecem nos gráficos e no texto, relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com os anos de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-97, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1997-99 e, para o IPRS-2000, à do período 1999-2001. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

³ As variáveis monetárias estão expressas em reais de 1997. O rendimento médio do setor formal foi deflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura e no setor terciário elevou-se de 13,8 MW para 16,3 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial pouco se alterou, passando de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal diminuiu de R\$ 854 para R\$ 806;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 5.141 para R\$ 4.890.

Observam-se, assim, indicações que permitem inferir a ocorrência de um deslocamento do dinamismo econômico do Estado de São Paulo a favor dos setores primário e terciário em detrimento de seu setor industrial. Por seu turno, os indicadores associados à renda das famílias mostram a perda de seu poder de compra, no período. Como resultado desses movimentos, o indicador agregado de riqueza do Estado de São Paulo manteve-se estável entre 1997 e 2000.

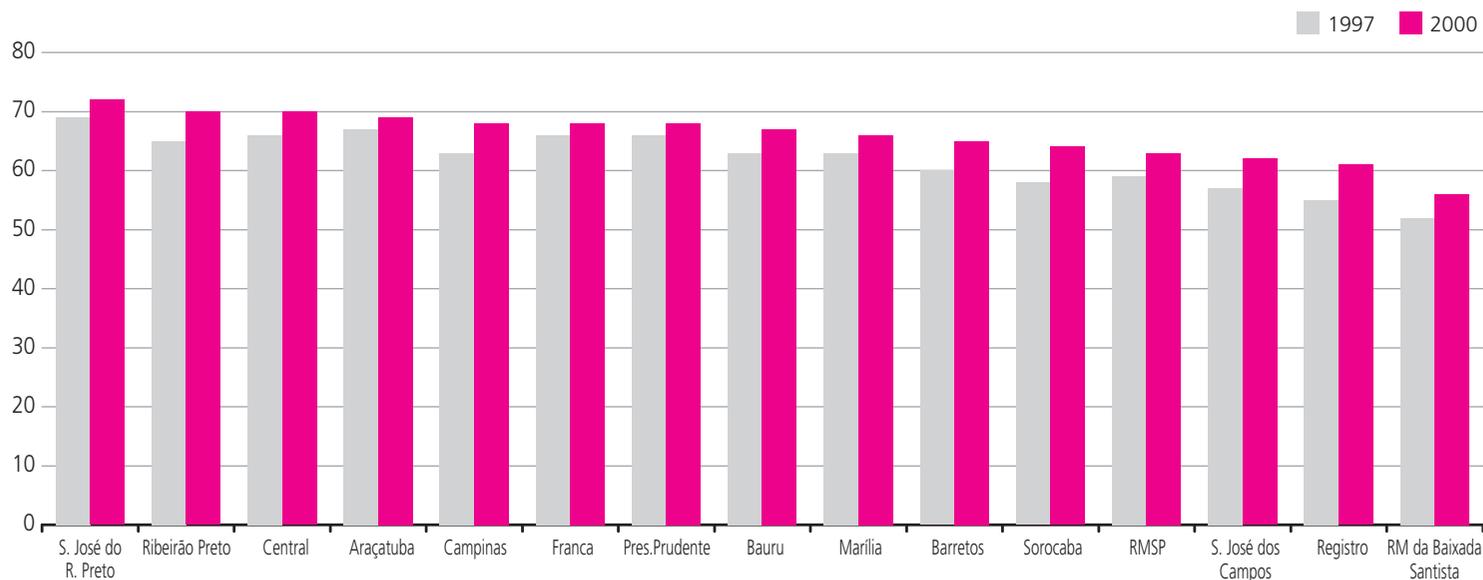
Sob a ótica regional, nota-se que apenas as Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista ampliaram (em um

ponto) seu escore de riqueza, enquanto as demais registraram redução ou estabilidade nesta dimensão. Merece menção a Região Administrativa de Ribeirão Preto, cujo indicador de riqueza diminuiu dois pontos. Pode-se afirmar, portanto, que a relativa estabilidade da atividade econômica atingiu todas as regiões administrativas do Estado, uma vez que não foram observados movimentos muito discrepantes nesse corte regional (Gráfico 2). Tal estabilidade, por seu turno, fez com que a ordenação das regiões administrativas se mantivesse inalterada no período, com a Região Metropolitana de São Paulo obtendo o escore mais elevado nesta dimensão, seguida pelas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, as de Marília, Presidente Prudente e Registro.

Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, como pode-se

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

observar pela evolução, entre 1997 e 2000, das variáveis componentes desta dimensão:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,2 para 16,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) também reduziu-se de 20,6 para 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,4 para 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com idade superior a 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 42,7 para 39,7.

O progresso mais importante entre tais taxas foi o registrado na de mortalidade infantil, cuja redução foi de 2,4 pontos percentuais. Comparando este indicador com o de outros países da América Latina,⁴ a taxa de mortalidade infantil paulista (16,8) é inferior à observada, em 2000, na Argentina (18) e, mais ain-

da, da registrada no México (25), mas superior à de países como o Uruguai (15) e Cuba (7). Em relação aos países europeus, o Estado de São Paulo apresenta taxa de mortalidade infantil inferior à da Rússia (18), mas muito superior à de países como Portugal (6) ou Espanha (5).

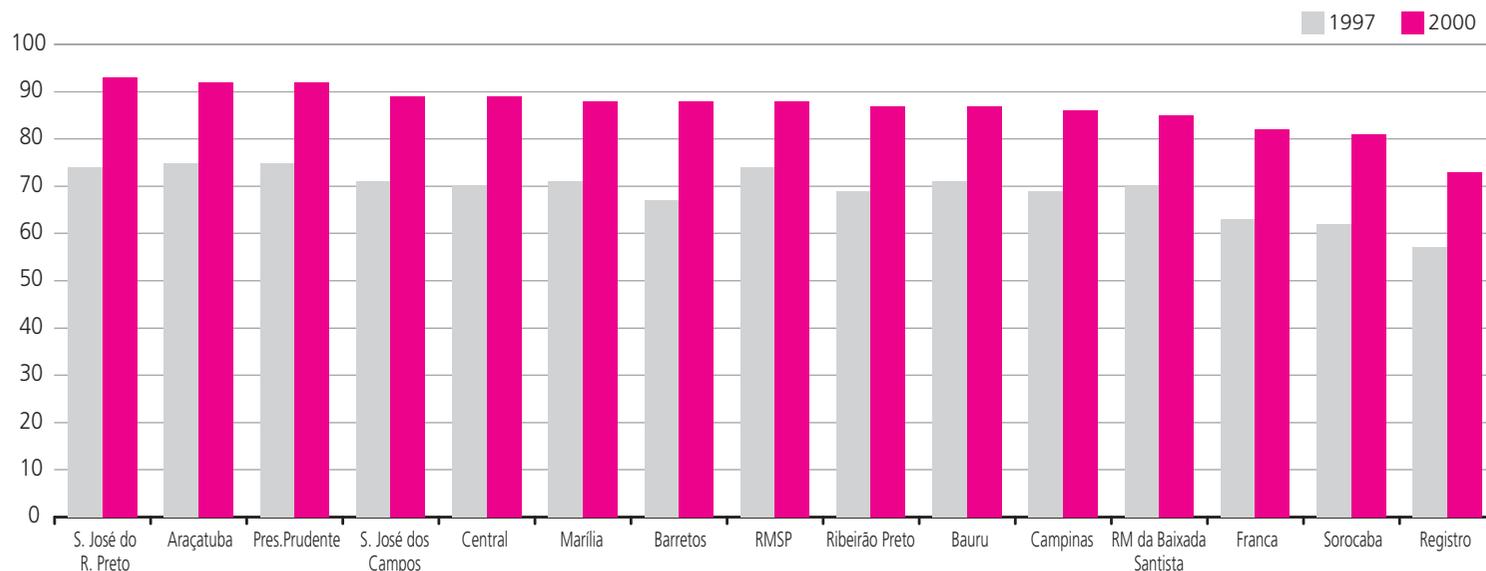
Comparando-a com a média brasileira (31,8), calculada pelo IBGE, em 1999, apenas os Estados de Rio Grande do Sul (15,1) e Santa Catarina (16,4) apresentam taxas de mortalidade infantil bem inferiores à paulista (17,9),⁵ que se aproxima das estimadas para o Paraná (17,2) e o Espírito Santo (17,7). Nos demais Estados da Região Sudeste, essas taxas são superiores a 21 e nas demais regiões brasileiras são ainda mais elevadas: 25,1 no Centro-Oeste; 33,9 no Norte e 52,4 no Nordeste.

Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas di-

⁴ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁵ Adotou-se a taxa de mortalidade infantil estimada pelo IBGE, em 1999 – a estatística oficial disponível mais recente – para permitir a adequada comparação do Estado de São Paulo com as outras regiões do país.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
1997-2000



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

versas regiões administrativas, merecendo destaque as de Registro e Sorocaba, que avançaram seis pontos em seus respectivos escores. Essa evolução diferenciada alterou a ordem das regiões segundo esta dimensão. A mais bem posicionada em 2000 era a de São José do Rio Preto, que já ocupava essa posição em 1997. As três regiões em pior situação, em 2000 – São José dos Campos, Registro e RM da Baixada Santista –, a despeito dos progressos experimentados no período, não alteraram suas classificações em relação àquelas observadas em 1997. Das que avançaram, merece destaque a região de Ribeirão Preto, que passou da sexta para a segunda posição. Em contrapartida, a de Araçatuba, que ocupava o segundo lugar, em 1997, passou para o quarto, em 2000.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, os avanços registrados no conjunto do Estado de São Paulo foram excepcionais: o escore médio desta dimensão passou de 53, em 1992,

para 71, em 1997, e atingiu 87, em 2000 (Gráfico 4). Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental passou de 49,1%, em 1997, para 65,6%, em 2000;
- a parcela das pessoas com 19 a 24 anos que completaram o ensino médio aumentou de 30,2% para 44,6%, no mesmo período;
- entre os indicadores de alfabetização, a proporção de pessoas com mais de um ano de estudo na faixa etária de 10 a 14 anos variou de 93,6% para 95,7%, entre 1997 e 2000, e na faixa etária de 15 a 24 anos manteve-se em 96,6%, no mesmo período;
- a participação da rede municipal na oferta de vagas para o ensino fundamental, no total da rede pública, passou de 27,2%, em 1997, para 29,2%, em 2000.

Como se nota, foram grandes os avanços observados nos indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio, embora haja ainda muito a percorrer neste campo. Quanto aos indi-

cadadores de alfabetização, os níveis obtidos pelo Estado de São Paulo são elevados. Porém, a taxa de alfabetização, em 2000, na faixa etária de 15 a 24 anos, em países da América Latina,⁶ como Argentina (98,6%), México (97,0%) e Uruguai (99,1%), é ainda ligeiramente superior à média paulista.⁷ Quanto ao avanço da municipalização do ensino fundamental, observa-se que no conjunto do Estado este processo ainda está longe de se completar e tem se dado num ritmo ainda muito lento.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram expressivos ganhos no indicador de escolaridade. Embora esse avanço tenha sido generalizado, chama a atenção o caso da Região Administrativa de Barretos, que elevou em 21 pontos seu escore de escolaridade. Mesmo a Região Metropolitana de São Paulo, cujo crescimento foi o menor entre as regiões do Estado, ampliou seu escore em 14 pontos.

Também neste caso, a região mais bem posicionada é a de São José do Rio Preto (ocupava o segundo posto, em 1997), seguida pelas de Araçatuba e Presidente Prudente. As regiões que se encontram nas últimas colocações (as mesmas que ocupavam em 1997) são, em ordem decrescente, as de Franca, Sorocaba e Registro.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da relativa estabilidade da dimensão riqueza, houve expressivos progressos nas dimensões longevidade e, sobretudo, escolaridade. Esta simples constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, também adotado no IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população. Isto torna-se ainda mais evidente quando se observa a situação das diferentes regiões administrativas nas três dimensões. Ao contrário do que se poderia supor, são freqüentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza que apresentam sofríveis indicadores em uma ou em ambas as dimensões sociais. A situação inversa também ocorre, como no caso da região de São José do Rio Preto, que ocupa a primeira posição nas dimensões longevidade e escolaridade, mas apenas a 11^a na dimensão riqueza. Em outros termos, é possível afirmar, com base nestes indicadores, que, mesmo num período de relativa estagnação da economia, podem-se obter avanços sociais importantes, como os verificados no Estado de São Paulo, nos últimos anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	36.974.378
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	148,73
Número de Domicílios Particulares Permanentes	9.729.420
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	86,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,72

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

⁶ Informações internacionais disponíveis em: <http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

⁷ Observe-se que, para a ONU, uma pessoa é considerada alfabetizada se puder, com compreensão, ler e escrever um texto simples sobre sua vida cotidiana. No caso do IPRS, entende-se por alfabetizada a pessoa que possui pelo menos um ano de escolaridade formal, o que dificulta, em certa medida, as comparações com outros países.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO

População e território

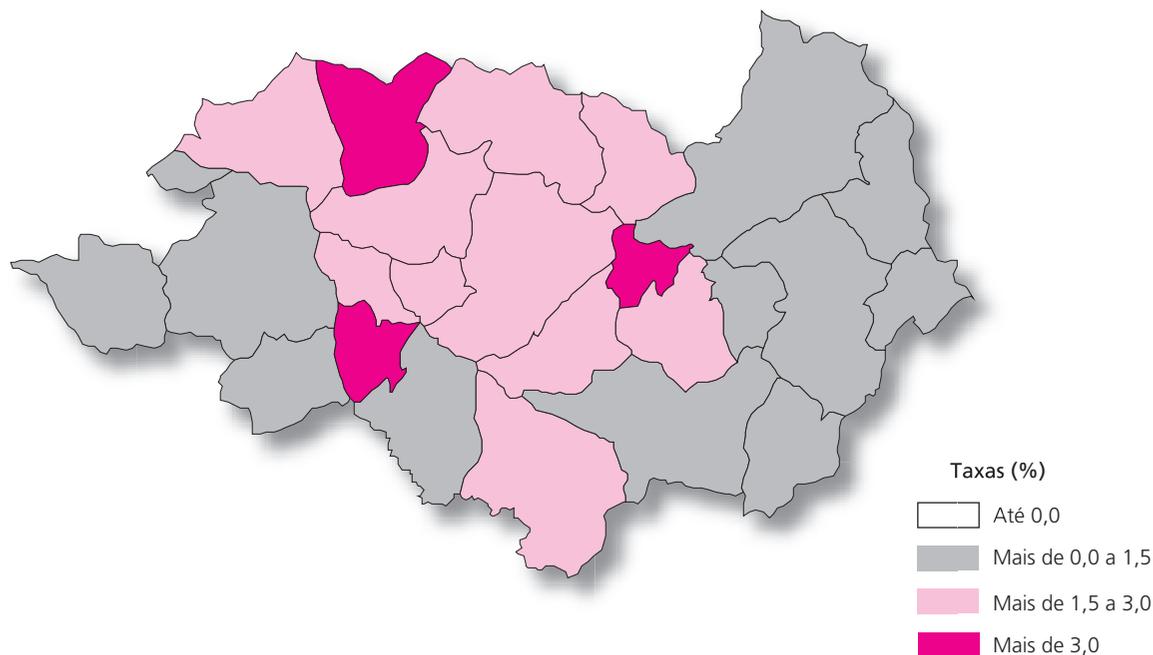
A Região Administrativa de Ribeirão Preto é composta por 25 municípios e ocupa uma área de 9.348 km², onde residem cerca de 1.060 mil pessoas. Localizada a nordeste do Estado, é conhecida por apresentar grandes extensões de solos ricos em “terra roxa” e amplos vales fluviais, que ajudaram a transformar a região em importante pólo agrícola e agroindustrial.

O expressivo desenvolvimento econômico implantou na região uma extensa rede viária, transformando o município de Ribeirão Preto, sede da região administrativa, em um dos maiores entroncamentos logísticos do Estado, composto por rodovias, ferrovia e aeroporto. Ribeirão Preto possui também uma Estação

Aduaneira do Interior (Eadi), autorizada pelo Ministério da Agricultura a emitir atestados fitossanitários de produtos animal e vegetal.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é a quinta mais densamente povoada do Estado com 113,2 habitantes/km². Os municípios com maior densidade são: Ribeirão Preto (785,3 hab./km²), Barrinha (167,7 hab./km²), Monte Alto (125,2 hab./km²), Guariba (117,7 hab./km²), Serrana (253,9 hab./km²) e Sertãozinho (233,3 hab./km²). Porém, também estão presentes os municípios com baixas concentrações de habitantes, típicos de regiões rurais, como Altinópolis (16,5 hab./km²), Guataparã (15,7 hab./km²), Santa Cruz da Esperança (12,5 hab./km²), Cássia dos Coqueiros (14,7 hab./km²) e Luís Antônio (11,7 hab./km²).

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município RA de Ribeirão Preto 1991/2000



Fonte: Fundação Seade.

Considerando o impacto da concentração populacional sobre o território, principalmente sobre seus recursos hídricos, percebe-se que os índices de saneamento da região estão acima da média do Estado.⁸ Nos municípios mais densamente povoados, entre 89,5% e 100% dos domicílios são abastecidos por água, de 95,8% a 99,2% são atendidos pela coleta de esgoto e entre 98,9% e 99,9% têm seu lixo coletado. Nos municípios com menor densidade demográfica, o abastecimento de água abrange de 95,4% a 100,0% das unidades residenciais, a coleta de esgoto atende de 92,2% a 99,7% e a coleta de lixo cobre de 98,9% a 100%. Apesar de esses índices refletirem razoável esforço em se garantir boas condições de saneamento, é claro que não devem ser analisados isoladamente. Sabe-se que a coleta de resíduos é apenas uma das atividades que contribui para a conservação dos recursos naturais e que a maior parte dos municípios paulistas não dispõe de sistemas de tratamento desses dejetos. Isso se torna ainda mais relevante (sobretudo do ponto de vista da formulação de políticas públicas) quando analisado em conjunto com o comportamento demográfico de determinada região.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é a sexta colocada em crescimento populacional (entre 1991 e 2000) no Estado. Durante esse período, seus 25 municípios cresceram, em média, 1,9% ao ano. Pradópolis (3,04% a.a.), Pontal (3,00% a.a.), Barrinha (2,86% a.a.), Jardinópolis (2,73% a.a.) e Dumont (2,71% a.a.) apresentaram os maiores aumentos em suas populações. Já Guariba, Guataparã, Altinópolis, Santa Rosa do Viterbo, Santa Cruz da Esperança, Cajuru, Cássia dos Coqueiros e Santo Antonio da Alegria tiveram incremento populacional inferior a 1,5% a.a., portanto, abaixo da taxa de crescimento vegetativo do Estado.

Economia

A Região Administrativa de Ribeirão Preto pode ser considerada um dos principais pólos econômicos do Brasil, caracterizado pela elevada capitalização do setor agropecuário, pelo moderno setor industrial (destacando-se a agroindústria sucroalcooleira) e por sua economia bastante diversificada. A combinação de um conjunto de fatores – como solos e topografia favoráveis à agricultura, localização adequada da infra-estrutura de transporte e de comunicação, presença de mão-de-obra qualificada, de universidades e centros de pesquisa – teve importante papel na configuração e no desempenho econômico da região.

No passado, os municípios ao redor de Ribeirão Preto ficaram conhecidos por serem os maiores produtores mundiais de café. Porém, com a crise da cafeicultura, abriu-se espaço para um processo de diversificação agrícola, impulsionando o desenvolvimento regional. Altinópolis é um dos municípios onde a lavoura cafeeira ainda se destaca, apesar de as áreas agrícolas serem dominadas pela cana-de-açúcar. Monte Alto é responsável por 27% da produção de cebola no Estado e atualmente vem substituindo parte de suas lavouras por pomares de manga, limão, goiaba e laranja. Jardinópolis foi, até recentemente, um dos maiores produtores de manga, hoje concentrando-se na comercialização desse produto, amplamente produzido nos Estados nordestinos. O município de Jaboticabal é detentor da maior produtividade de amendoim do Brasil.

No entanto, é o cultivo da cana-de-açúcar que se destaca, sobretudo onde a topografia permitiu que a mecanização do corte do produto (reduzindo a queima) contribuísse para a modernização das usinas. O desempenho das usinas de açúcar e álcool também incentivou o desenvolvimento de outros setores, como o de máquinas agrícolas e equipamentos. Além disso, estão presentes na região várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja e amendoim, indústrias alimentícias, de derivados de leite, de ração, de fertilizantes e outras.

O município de Ribeirão Preto é o centro desse pólo agroindustrial. Apesar de praticamente toda a atividade agrícola estar concentrada fora de seus limites territoriais, tornou-se o destino do investimento do capital gerado pelo agronegócio. No município, também é relevante a presença de empresas que não fazem parte do setor sucroalcooleiro. Nos últimos anos, pequenas empresas ligadas à indústria farmacêutica, médica e odontológica têm demonstrado importante desempenho e vêm contribuindo com boa parte de sua produção industrial.

O município constitui, ainda, o centro de prestação de serviços e comércio para toda a região, oferecendo uma rede de saúde de destaque no Estado e no país, além de oportunidades de educação no ensino superior. Em Ribeirão Preto estão os *campi* da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Paulista (Unip), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), bem como a Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), o Centro Universitário Barão de Mauá e o Centro Universitário Moura Lacerda.

Entre 1996 e 2002, um total de US\$ 2.055,7 milhões em investimentos foram anunciados para a região. Desse montante,

⁸ No Estado de São Paulo, o abastecimento de água atende a 97,4% das unidades residenciais, a coleta de esgoto, a 86,1%, e a coleta de lixo abrange 98,9% dos domicílios.

49,3% direcionaram-se ao setor de serviços, 44,3% ao industrial, 5,3% ao comércio e 1,10% à agropecuária e outras atividades.

IPRS na Região Administrativa de Ribeirão Preto

Por meio da distribuição dos municípios nos grupos do IPRS, observa-se que a região pode ser considerada relativamente equilibrada nas três dimensões que compõem o índice. No Grupo 1, que reúne aqueles com bons indicadores em suas três dimensões, estão classificados cinco municípios. Somente Pontal classificou-se no Grupo 2, que contém os municípios que possuem bons níveis de riqueza, mas indicadores sociais insatisfatórios. No Grupo 3, que abrange os municípios que, mesmo não apresentando nível de riqueza elevado, conseguem exibir indicadores sociais satisfatórios, foram classificados nove municípios. No Grupo 4, foram classificados dez municípios e, no Grupo 5, nenhum. Recorde-se que estes grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, em especial no que diz respeito às dimensões sociais.

O indicador agregado de riqueza mostra que a Região Administrativa de Ribeirão Preto cresceu nessa dimensão entre 1992 e 1997,⁹ tal como o conjunto do Estado, mas reduziu em dois pontos o indicador correspondente, no período mais recente. Somente oito de seus municípios apresentaram ligeiro aumento deste indicador, enquanto os demais registraram redução, que foi mais acentuada em Brodowski e mais amena em Ribeirão Preto, Jaboticabal, São Simão e Sertãozinho.

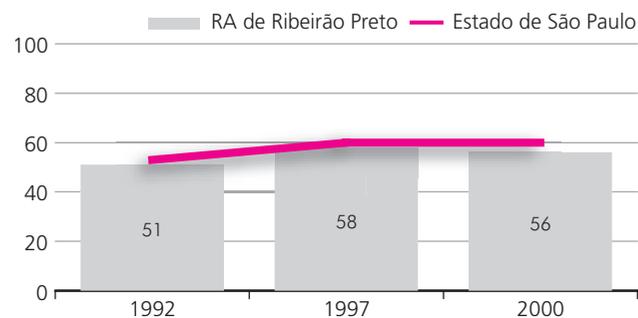
Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 1997 e 2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação na agricultura, no comércio e nos serviços aumentou de 12,8 MW para 14,3 MW, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de 16,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 2,7 MW para 2,6 MW, igualando-se à média do Estado, em 2000;

⁹ Os anos que aparecem nos gráficos e no texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Apenas na dimensão riqueza, esses anos coincidem com aqueles de referência das variáveis originais. Na dimensão longevidade, para o IPRS-92, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1993-95, para o IPRS-97 à do período 1997-99 e, para o IPRS-2000 à do período 1999-01. Na dimensão escolaridade, os anos de referência das variáveis originais são 1996 e 2000, respectivamente às duas edições do IPRS.

¹⁰ O indicador de longevidade, construído a partir de diferentes taxas de mortalidade, é sujeito a grande variabilidade nos municípios de pequeno porte, razão pela qual as taxas de mortalidade utilizadas correspondem à média de três anos, conforme a nota anterior. Mesmo utilizando esse critério, o indicador e as variáveis que o compõem não estão totalmente isentos desse problema, o que implica a necessidade de ser analisado com cuidado, em especial nos pequenos municípios.

Riqueza



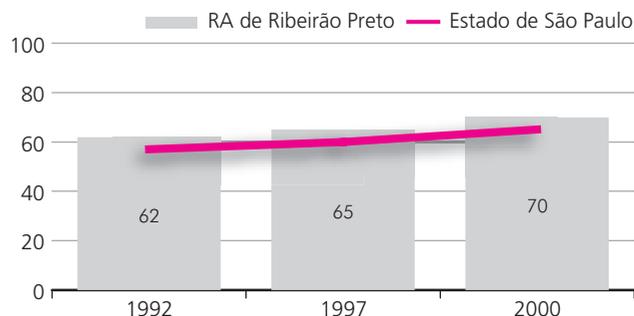
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 725 para R\$ 647, inferior à média do Estado (R\$ 806), em 2000;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 4.599 para R\$ 4.207, enquanto a média do Estado, em 2000, foi de R\$ 4.890.

Houve crescimento do consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, mas decréscimo do valor adicionado fiscal *per capita*, o qual está associado ao desempenho do setor industrial. Também observou-se diminuição do salário médio do setor formal, tal como ocorreu na maioria das regiões do Estado.

O indicador de longevidade elevou-se ao longo do período analisado e seu patamar encontra-se acima da média estadual. Somente quatro municípios (Guaíba, Guataparã, Dumont e Cravinhos) apresentaram reduções nessa dimensão e outros três (Jaboticabal, Luís Antônio e Santo Antonio da Alegria) registraram estabilidade. A região apresenta indicadores de longevidade bastante favoráveis, pois somente em Pontal (58) e em Jaboticabal (64) – os últimos colocados na escala regional – ficaram abaixo da média estadual (65). Já Santa Cruz da Esperança (81), Taquaral (79), Altinópolis (76) e Pradópolis (76) são os mais bem posicionados.¹⁰

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 1997 e 2000:

Longevidade



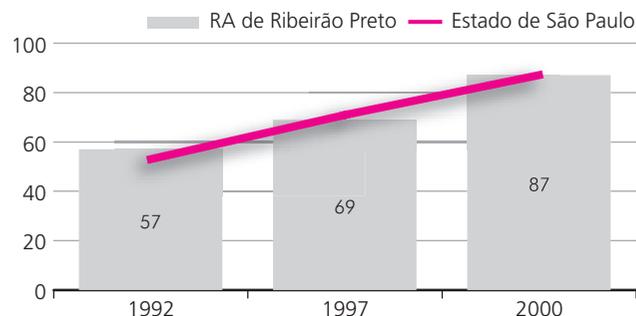
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,8 para 12,8, situando-se abaixo da média do Estado (16,8), em 2000;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 16,1 para 13,8 e a média do Estado, em 2000, foi de 18,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,4 para 2,1, enquanto a média do Estado, em 2000, correspondeu a de 2,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 41,4 para 38,0, pouco inferior à média do Estado (39,7), em 2000.

Houve, portanto, redução generalizada dos indicadores de mortalidade na região, embora nem todos seus municípios tenham apresentado este mesmo movimento. Ademais, as taxas de mortalidade investigadas encontram-se, na Região Administrativa de Ribeirão Preto, em patamares inferiores às registradas no conjunto do Estado e fizeram com que, em comparação às demais regiões paulistas, esta passasse, entre 1997 e 2000, da sexta para a segunda posição no *ranking* desta dimensão.

No caso da dimensão escolaridade, a região situa-se em patamar semelhante ao do conjunto do Estado. Além de Ribeirão Preto (92), outros municípios de pequeno porte (Monte Alto e Santa Cruz da Esperança, por exemplo) estão muito bem posicionados nesta escala. Entretanto, a maioria dos municípios da região não logrou atingir o escore médio do Estado (87), como Jaboticabal (86), Cravinhos (82), Jardinópolis (82), Santo Antonio da Alegria (77), Serrana (76) e Taquaral (73). Porém, os casos mais preocupantes são os de Barrinha (63) e Pontal (60), por estarem classificados nas últimas posições da escala de escolaridade.

Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 1997 e 2000:

Escolaridade



- a proporção de pessoas de 15 a 19 anos que completaram o ensino fundamental aumentou de 48,1% para 64,9%, aproximando-se da média do Estado, em 2000, que foi de 65,6%;
- a parcela de jovens de 20 a 24 anos que concluíram o ensino médio passou de 28,2% para 43,4%, quase atingindo a média do Estado (44,6%), em 2000;
- a proporção de pessoas entre 10 e 14 anos com mais de um ano de estudo variou de 92,9% para 96,2%, superando a média do Estado (95,7%), em 2000;
- a proporção de pessoas de 15 a 24 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 96,3% para 96,4% e a média do Estado, em 2000, foi de 96,6%;
- a participação da rede municipal de ensino fundamental no total da rede pública cresceu de 27,5% para 34,3%, ficando acima da média do Estado (29,2%), em 2000.

Tais informações revelam que, apesar de crescentes, os indicadores de cobertura dos ensinos fundamental e médio da Região Administrativa de Ribeirão Preto ainda são ligeiramente inferiores às médias estaduais. Os de alfabetização juvenil, entretanto, estão acima da média do Estado, para pessoas entre 10 e 14 anos de idade, e praticamente no mesmo patamar, para aquelas de 15 a 24 anos. Quanto à participação da rede municipal no total do ensino fundamental público, a média regional, que no período anterior estava próxima à estadual, superou-a consideravelmente, em 2000.

Uma apreciação geral do comportamento da Região Administrativa de Ribeirão Preto, realizada por meio do IPRS, indica que seu desempenho econômico foi inferior ao do conjunto do Estado, diminuindo ligeiramente entre 1997 e 2000. Mesmo com incremento no consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, o decréscimo do indicador agregado para o conjunto da região decorreu da retração nos salários médios reais e no

desempenho do setor industrial, este último refletido na redução do valor adicionado fiscal *per capita* e, em menor proporção, do consumo de energia elétrica residencial.

Entre os municípios que mais ampliaram o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário, destacam-se Taquaral, Ribeirão Preto e Luís Antônio, entre outros. Já no que diz respeito ao aumento do valor adicionado fiscal *per capita*, apesar da diminuição generalizada para a região, em Pitangueiras e Luís Antônio esta variável elevou-se. Quanto ao comportamento dos salários médios reais, houve redução na maioria dos municípios e foi particularmente intensa em Brodowski. Entre as poucas exceções, estão Santo Antonio da Alegria, Altinópolis, Jardinópolis, Cássia dos Coqueiros e Dumont, que obtiveram pequenos aumentos em 2000.

As taxas de mortalidade apresentaram-se, em geral, decrescentes e mantiveram-se, em 2000, em patamares inferiores ao do total do Estado. Em poucos municípios estas taxas encontram-se muito acima da média estadual. Alguns exemplos são a mortalidade perinatal, em Cássia dos Coqueiros e Pontal, e a mortalidade de jovens e adultos, em Taquaral e Barrinha. Estes dados, naturalmente, devem ser analisados com atenção, pois

em municípios com menos de 10.000 habitantes, como Taquaral, essas taxas são sujeitas a grande variabilidade. Mesmo assim, pode-se notar que o comportamento geral dessa dimensão, na região, foi bastante favorável.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva para o conjunto da região, com progressos visíveis em todas as suas variáveis. Os avanços mais significativos foram observados na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Sertãozinho, Luís Antônio, Guataparã, Dumont, Cravinhos e Cajuru. Já Santa Cruz da Esperança aumentou esta variável em pouco mais de 40 pontos percentuais. No caso do segmento da população juvenil com ensino médio completo, merecem destaque Brodowski e Monte Alto. Também foi importante o crescimento da participação da rede municipal no total do ensino fundamental público, em especial em Sertãozinho e Pradópolis. Cabe notar que somente em oito municípios esta variável encontra-se abaixo da média estadual e é nula em Taquaral e Cravinhos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	1.058.652
Densidade Demográfica (habitantes/km²)	113,25
Número de Domicílios Particulares Permanentes	286.522
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,0
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

ALTINÓPOLIS

Na última edição do IPRS, Altinópolis manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 3 – municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade e nível baixo de riqueza.

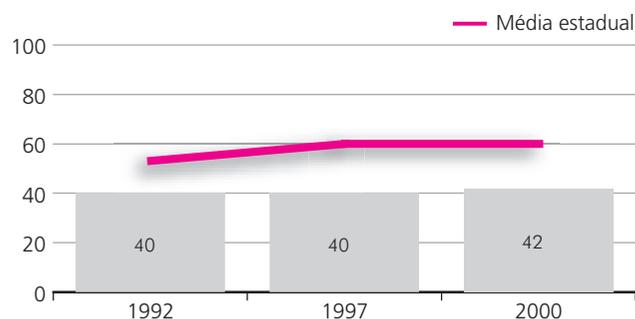


Riqueza: crescimento dos setores primário e terciário e da renda

Altinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 325^a

2000 – 257^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,5 MW para 11,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação não variou, permanecendo em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal cresceu de R\$ 286 para R\$ 341;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 3.455 para R\$ 3.000.

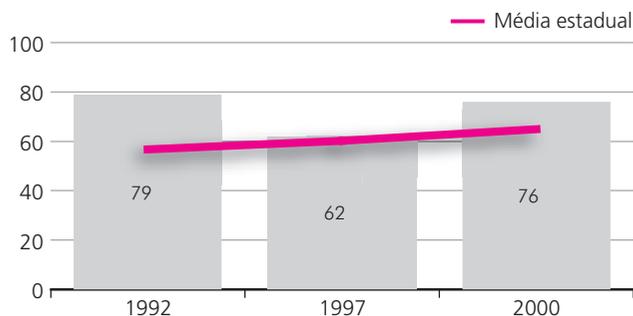
Apesar de o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário e o rendimento do emprego formal terem aumentado no período, todas as variáveis componentes desta dimensão apresentam, em Altinópolis, valores inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado.

Longevidade: diminuição da mortalidade infantil e perinatal

Altinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 345^a

2000 – 72^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,8 para 9,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu de 26,8 para 15,5;
- a taxa de mortalidade entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,6 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 36,4 para 33,0.

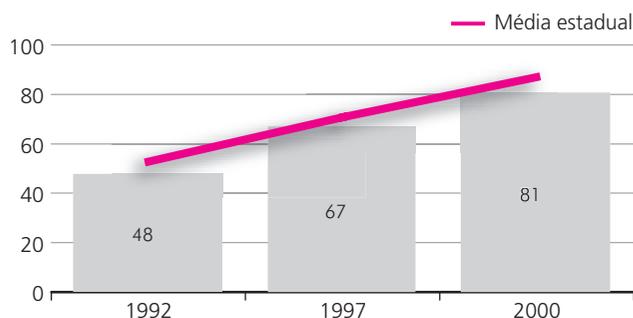
O indicador de longevidade, em Altinópolis, passou a superar o do Estado, graças à redução das mortalidades infantil e perinatal, no período. No entanto, o desempenho do município ainda é inferior ao da RA de Ribeirão Preto quanto à mortalidade perinatal.

Escolaridade: amplia conclusão nos ensinos fundamental e médio

Altinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 261^a

2000 – 346^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,1% para 58,5%;
- aumentou de 24,5% para 40,0% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 92,0% para 96,2%, mas o daquelas entre 15 a 24 anos diminuiu de 96,1% para 94,9%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental diminuiu de 61,9% para 59,3%.

Apesar do aumento das taxas de conclusão nos ensinos fundamental e médio, Altinópolis ainda apresenta níveis, nessas duas variáveis, inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	15.463
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	16,52
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.509
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,43

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Altinópolis apresentou discreto crescimento no indicador de riqueza e evolução significativa em longevidade, diminuindo todas as taxas de mortalidade. Em escolaridade, os progressos não foram suficientes para o município atingir os níveis médios estaduais, exceto na municipalização do ensino fundamental.

Ranking 2000

257^o
Riqueza

72^o
Longevidade

346^o
Escolaridade

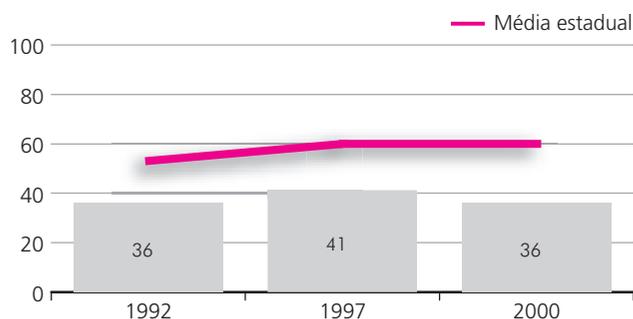
BARRINHA

Na última edição do IPRS, Barrinha manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 4 – municípios com nível baixo de riqueza e indicadores intermediários de longevidade ou escolaridade.



Riqueza: queda em todos os setores

Barrinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 304^a
2000 – 430^a



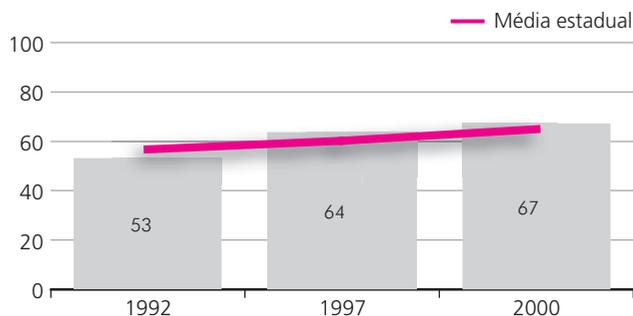
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços diminuiu de 6,6 MW para 6,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação variou de 2,1 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 540 para R\$ 411;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.287 para R\$ 964.

A queda do nível de atividade econômica, observada em todos os setores da economia de Barrinha, determinou a manutenção de índices de riqueza municipal inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: mortalidade precoce estabiliza-se em níveis inferiores ao do Estado

Barrinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 313^a
2000 – 328^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,7 para 14,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) oscilou de 14,9 para 14,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,5 para 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 46,3 para 45,5.

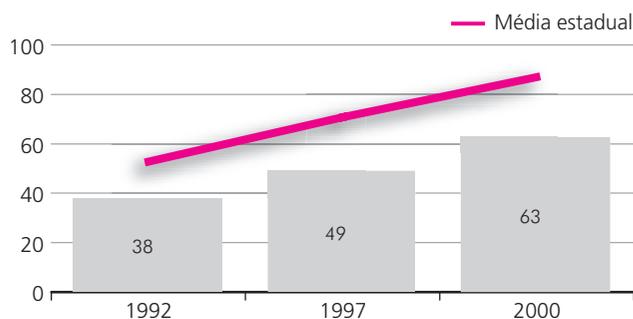
Com a redução das taxas de mortalidade infantil e perinatal, observada no período, os índices de mortalidade precoce em Barrinha estabilizaram-se em níveis inferiores às médias do Estado de São Paulo. Os valores alcançados, porém, continuam em patamares superiores aos da RA de Ribeirão Preto.

Escolaridade: cresce a taxa de conclusão no ensino fundamental

Barrinha ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 590^a

2000 – 625^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 34,1% para 50,1%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 11,6% para 18,4%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,5% para 92,9% e o daquelas entre 15 a 24 anos passou de 92,2% para 94,0%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental variou de 48,6% para 48,8%.

Creeceram as taxas de conclusão nos dois primeiros níveis de ensino – fundamental e médio. No entanto, os índices de escolaridade permanecem abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, exceto a municipalização do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	24.150
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	167,71
Número de Domicílios Particulares Permanentes	6.353
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	26,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,80

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Além do baixo desempenho econômico, comum à maioria dos municípios do Estado de São Paulo, Barrinha caracteriza-se por apresentar índices de longevidade superiores aos de escolaridade. Cabe destacar, como traço negativo, a persistência de taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio inferiores às da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, principalmente a última.

Ranking 2000

430^o
Riqueza

328^o
Longevidade

625^o
Escolaridade

BRODOWSKI

Em 1997, Brodowski foi classificado no Grupo 1. No entanto, com a redução expressiva do indicador de riqueza, classificou-se, em 2000, no Grupo 3 do IPRS – municípios com bons índices de longevidade e escolaridade e níveis baixos de riqueza.

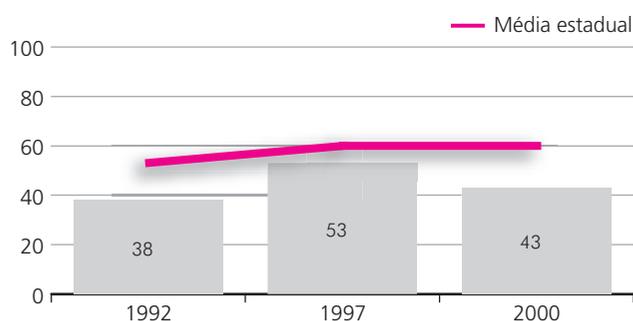


Riqueza: queda do rendimento médio do emprego formal

Brodowski ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 96^a

2000 – 234^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços por ligação aumentou de 8,1 MW para 8,4 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 1.269 para R\$ 430;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.368 para R\$ 2.258.

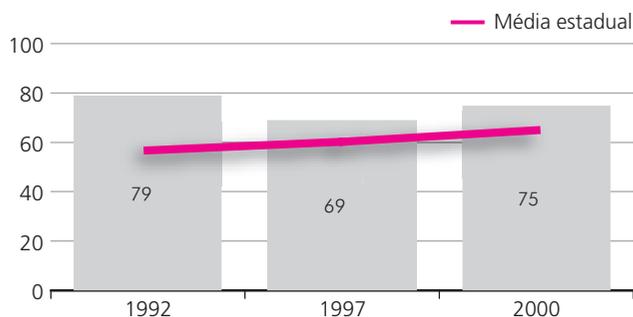
A queda do rendimento médio do emprego formal, e do valor adicionado fiscal *per capita* explica a diminuição do nível de riqueza do município, que foi responsável por sua reclassificação no Grupo 3.

Longevidade: mortalidades infantil e perinatal inferiores à média do Estado

Brodowski ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 171^a

2000 – 78^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,2 para 11,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 17,4 para 12,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) declinou de 1,8 para 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) reduziu de 37,1 para 35,5.

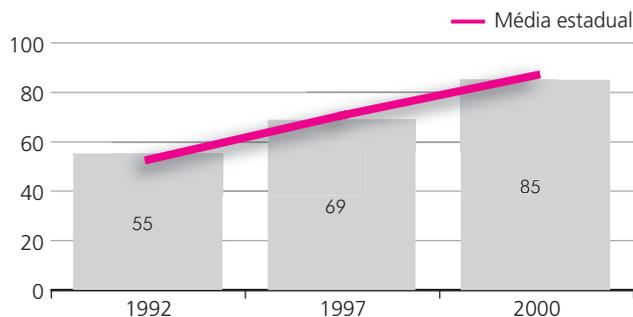
Apesar de o desempenho econômico de Brodowski ter sido negativo, houve redução das taxas de mortalidade infantil e perinatal, com o município alcançando índices de mortalidade precoce bastante satisfatórios, porquanto inferiores à média da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Escolaridade: ensino médio tem desempenho melhor que o ensino fundamental

Brodowski ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 217^a

2000 – 238^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental subiu de 47,0% para 57,3%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 24,4% para 45,1%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo cresceu de 92,7% para 95,7% e o daquelas entre 15 e 24 anos passou de 97,1% para 96,9%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental oscilou de 69,9% para 64,7%.

Em que pese a melhoria dos índices de escolaridade de Brodowski, o percentual dos jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental continua abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	17.104
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	58,18
Número de Domicílios Particulares Permanentes	4.596
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,8
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,78

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

O baixo desempenho econômico de Brodowski entre 1997 e 2000 ofuscou a melhoria de seus níveis sociais, especialmente no que se refere à redução da mortalidade precoce e ao aumento da população com ensino médio completo, cujos índices são mais satisfatórios que os da RA de Ribeirão e do Estado de São Paulo.

Ranking 2000

234^o
Riqueza

78^o
Longevidade

238^o
Escolaridade

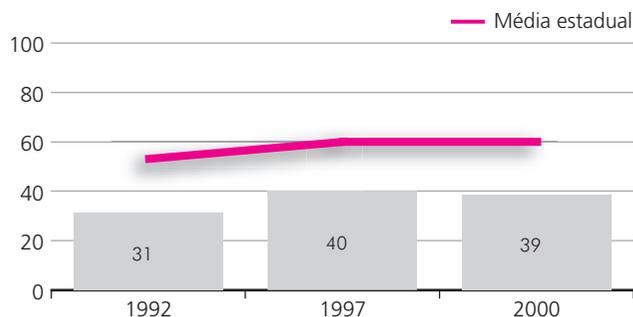
CAJURU

Em 2000, Cajuru manteve-se na mesma classificação obtida no IPRS em 1997, ou seja, no Grupo 4 – municípios com nível baixo de riqueza e índices razoáveis de longevidade e escolaridade.



Riqueza: crescem atividades primária e terciária

Cajuru ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 323^a
2000 – 332^a



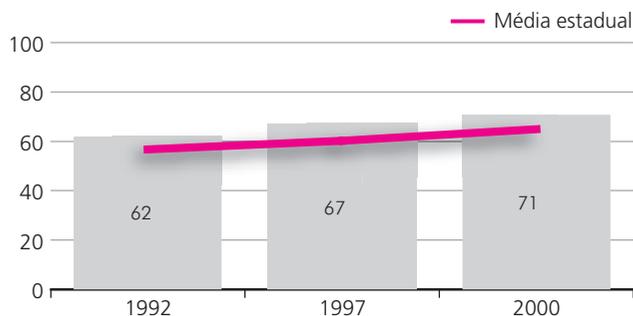
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 5,8 MW para 6,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 466 para R\$ 408;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.044 para R\$ 1.950.

O desempenho econômico de Cajuru, apesar de negativo, acompanhou a tendência observada na RA de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo, registrando-se crescimento das atividades dos setores primário e terciário em detrimento do secundário.

Longevidade: diminui a mortalidade precoce e estabiliza-se a mortalidade tardia

Cajuru ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 222^a
2000 – 169^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) caiu de 15,5 para 11,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 17,7 para 12,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) se estabilizou em 1,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) passou de 40,2 para 41,2.

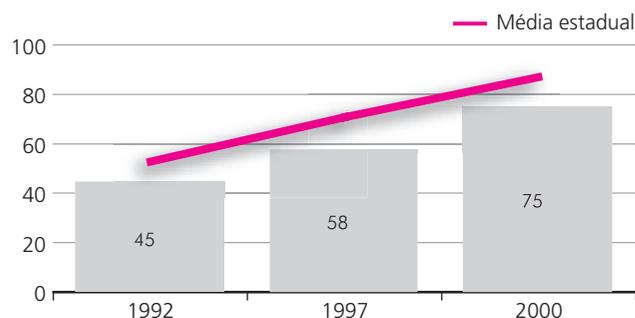
Atualmente, com exceção da taxa de mortalidade das pessoas idosas, os demais indicadores de longevidade de Cajuru são mais satisfatórios que os da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Escolaridade: baixa conclusão nos ensinos fundamental e médio

Cajuru ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 466^a

2000 – 482^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 39,9% para 60,8%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 22,1% para 30,5%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,2% para 94,7% e o daquelas entre 15 a 24 anos passou de 94,6% para 95,8%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público estabilizou-se em 2,5%.

Apesar do progresso obtido no período, os índices de escolaridade de Cajuru permanecem aquém das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	20.755
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	30,98
Número de Domicílios Particulares Permanentes	4.960
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	93,9
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,5
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,68

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios da RA de Ribeirão Preto pertencentes ao Grupo 4, Cajuru aponta índices medianos de longevidade e baixos de escolaridade, o que sugere a necessidade de mobilização de recursos públicos e privados para a melhoria da qualidade tanto do ensino fundamental como do médio.

Ranking 2000

332^o
Riqueza

169^o
Longevidade

482^o
Escolaridade

CÁSSIA DOS COQUEIROS

Por apresentar bons indicadores de longevidade e escolaridade, Cássia dos Coqueiros, em 1997 e 2000, classificou-se no Grupo 3 do IPRS.

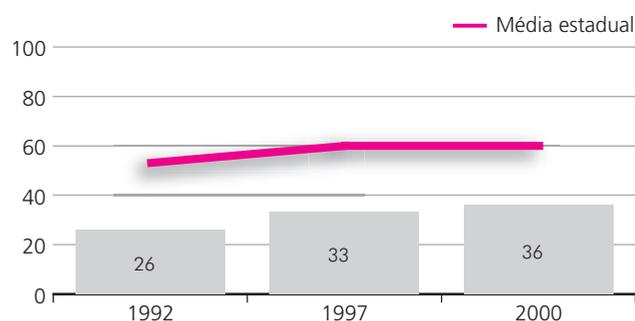


Riqueza: estabilidade econômica com ampliação do valor adicionado *per capita*

Cássia dos Coqueiros ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 490^a

2000 – 417^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 5,2 MW para 5,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação variou de 1,9 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 340 para R\$ 358;
- o valor adicionado per capita cresceu de R\$ 1.663 para R\$ 1.780.

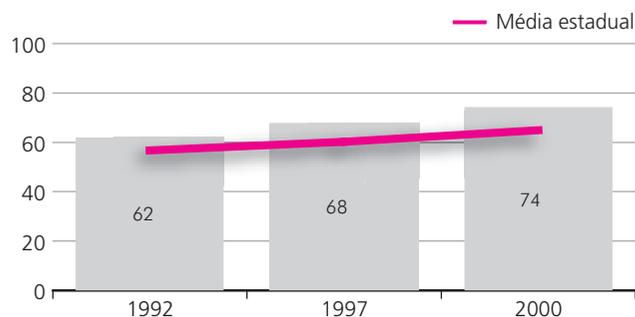
Cássia dos Coqueiros apresentou estabilidade no período. Seu desempenho na dimensão riqueza permitiu-lhe avançar no *ranking*, mas foi insuficiente para alcançar níveis de riqueza comparáveis às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução importante da mortalidade infantil

Cássia dos Coqueiros ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 187^a

2000 – 96^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 20,7 para 12,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 20,4 para 21,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,6 para 0,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 29,0 para 27,4.

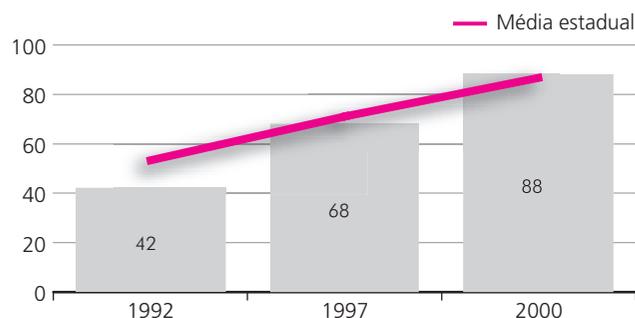
No município, destacam-se as expressivas reduções da taxa de mortalidade infantil, de pessoas entre 15 e 39 anos e de idosos. Esses valores são mais favoráveis que a média da RA de Ribeirão Preto e explicam o avanço registrado no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: melhora o desempenho do sistema educacional

Cássia dos Coqueiros ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 221^a

2000 – 174^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 46,2% para 60,6%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído aumentou de 23,5% para 42,5%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 93,3% para 98,5% e o daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,4% para 96,8%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público manteve-se em 100,0%.

Houve expressiva melhoria no desempenho do sistema educacional de Cássia dos Coqueiros, registrando-se índices de conclusão dos ensinos fundamental e médio comparáveis aos regionais e estaduais.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	2.870
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	14,72
Número de Domicílios Particulares Permanentes	477
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	92,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	95,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,65

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Ao contrário da maioria de outros municípios da RA de Ribeirão Preto inseridos no Grupo 3, Cássia dos Coqueiros destaca-se por apresentar, ao mesmo tempo, bons índices de longevidade e de escolaridade. Cabe salientar o desempenho positivo do sistema educacional no período 1997-2000, responsável pela ampliação da população com ensino fundamental completo.

Ranking 2000

417^o
Riqueza

96^o
Longevidade

174^o
Escolaridade

CRAVINHOS

Na última edição do IPRS, Cravinhos manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 3, que reúne os municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade, apesar de apresentarem nível baixo de riqueza.

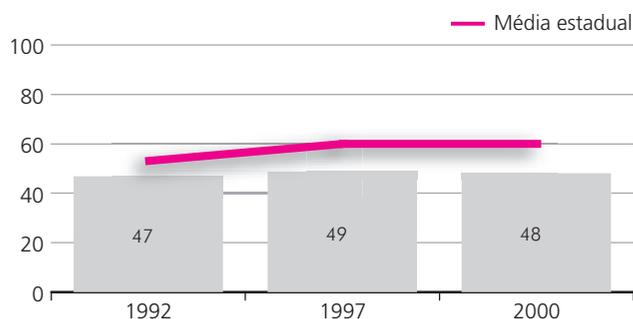


Riqueza: aumento do consumo de energia e do valor adicionado

Cravinhos ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 151^a

2000 – 143^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços por ligação aumentou de 10,5 MW para 11,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 620 para R\$ 513;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 2.723 para R\$ 3.370.

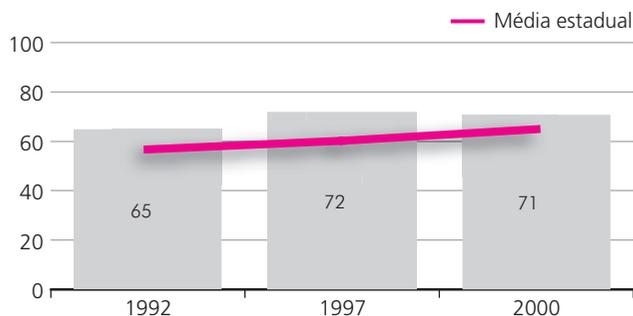
Contrapondo-se à tendência observada na maioria dos municípios do Estado de São Paulo, Cravinhos registrou aumento tanto do consumo anual de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços como do valor adicionado fiscal *per capita*.

Longevidade: aumenta a mortalidade precoce

Cravinhos ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 100^a

2000 – 176^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 11,8 para 13,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 13,1 para 14,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) se estabilizou em 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 40,6 para 38,8.

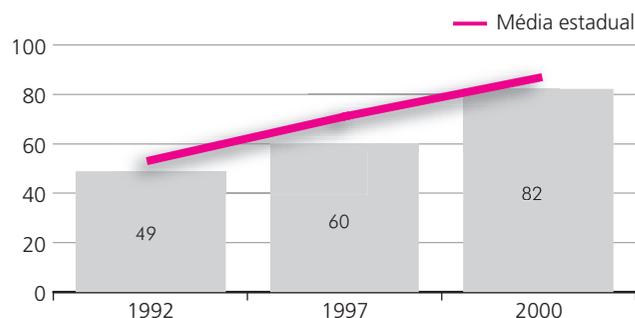
Fugindo ao padrão observado na maioria dos municípios paulistas, Cravinhos registrou aumento tanto da mortalidade infantil como da perinatal, mas ainda apresenta taxas de mortalidade abaixo da média estadual.

Escolaridade: cresce a cobertura dos ensinos fundamental e médio

Cravinhos ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 417^a

2000 – 316^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 38,5% para 59,4%;
- aumentou de 20,8% para 38,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 92,5% para 98,7% e o daquelas entre 15 e 24 anos se estabilizou em 95,8%;
- não há participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental.

Apesar dos avanços registrados no período, Cravinhos ainda apresenta alguns componentes de escolaridade abaixo das médias da RA de Riberião Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	28.349
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	93,87
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.234
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,8
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Cravinhos teve melhor desempenho na dimensão escolaridade do que na longevidade entre 1997 e 2000. Além disso, contrariando tendência geral no Estado de São Paulo, o município ampliou alguns índices de riqueza.

Ranking 2000

143^o
Riqueza

176^o
Longevidade

316^o
Escolaridade

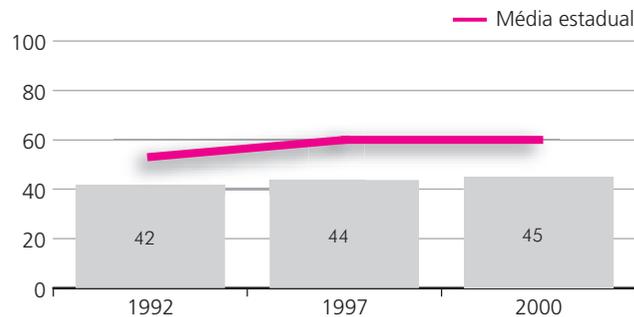
DUMONT

Na última edição do IPRS, Dumont foi classificado no Grupo 4, que reúne os municípios com nível baixo de riqueza, mas com índices razoáveis de longevidade e de escolaridade. Em 1997, Dumont havia sido classificado no Grupo 3, o que significa que seus indicadores sociais tiveram comportamento negativo no período.



Riqueza: relativa estabilidade

Dumont ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 236^a
2000 – 201^a



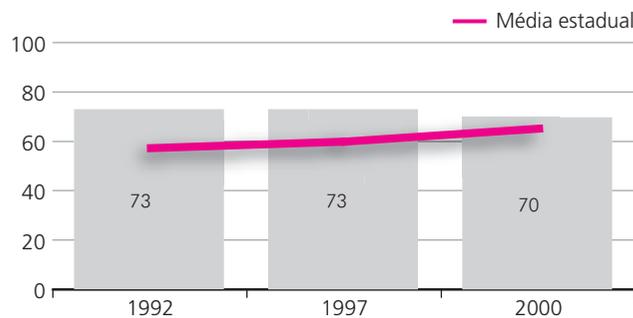
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 8,7 MW para 10,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal subiu de R\$ 405 para R\$ 432;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 2.379 para R\$ 2.252.

Apesar do aumento do consumo anual de energia elétrica nos setores primário e terciário, a queda do valor adicionado e do rendimento médio do emprego formal fez com que o indicador de riqueza de Dumont permanecesse abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: piora no *ranking*

Dumont ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 82^a
2000 – 214^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) estabilizou-se em torno de 8,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 19,0 para 15,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 1,0 para 1,9;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 38,9 para 42,3.

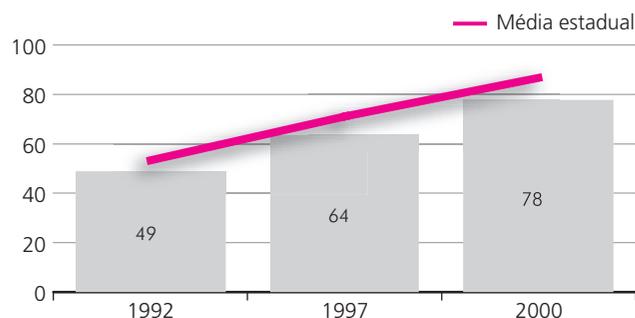
Apesar do bom nível da taxa de mortalidade infantil, Dumont ainda apresenta taxa de mortalidade perinatal superior à da média da RA de Ribeirão Preto. Além disso, chama a atenção o aumento da mortalidade entre jovens e adultos e da população idosa.

Escolaridade: ensino médio torna-se prioritário

Dumont ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 335^a

2000 – 413^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 43,1% para 67,1%;
- aumentou de 19,3% para 34,6% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo caiu de 93,9% para 91,7% e o daquelas entre 15 e 24 anos passou de 96,5% para 95,3%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental subiu de 21,2% para 30,5%.

Apesar da melhoria dos indicadores de escolaridade de Dumont, especialmente quanto ao ensino fundamental, a taxa de conclusão do ensino médio no município permanece bem abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	6.293
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	61,70
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.558
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios do Estado de São Paulo classificados no Grupo 4, Dumont ainda necessita realizar alguns esforços para alcançar índices de desenvolvimento humano satisfatórios. No entanto, registram-se progressos expressivos na dimensão escolaridade, principalmente quanto à conclusão do ensino fundamental.

Ranking 2000

201^o
Riqueza

214^o
Longevidade

413^o
Escolaridade

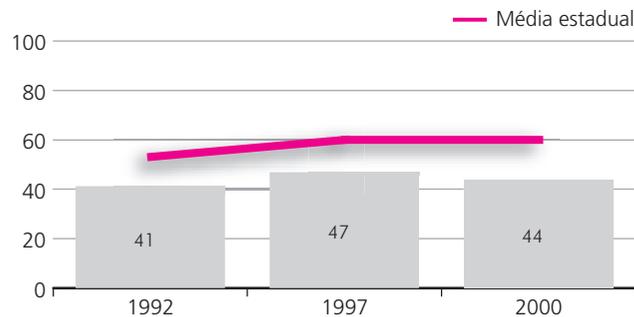
GUARIBA

Na última edição do IPRS, Guariba manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 4, dos municípios que possuem nível baixo de riqueza, mas apresentam índices razoáveis de longevidade e de escolaridade.



Riqueza: retração da atividade econômica

Guariba ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 181^a
2000 – 217^a



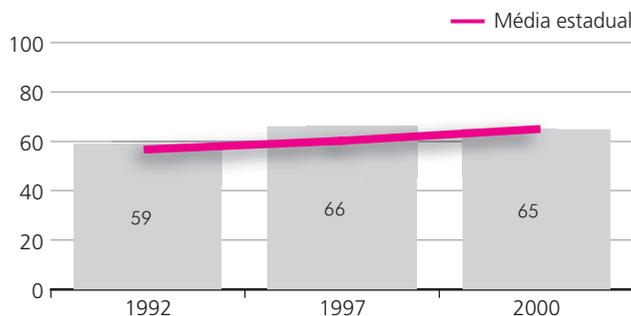
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços diminuiu de 9,8 MW para 9,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 663 para R\$ 519;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 4.779 para R\$ 4.492.

Seguindo o padrão observado na maioria dos municípios do Estado de São Paulo, Guariba apresentou queda no nível da atividade econômica em todos os setores, além de perda real dos salários no setor formal.

Longevidade: cresce a mortalidade perinatal

Guariba ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 247^a
2000 – 360^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 17,5 para 15,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 14,9 para 18,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,5 para 2,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) declinou de 38,7 para 37,4.

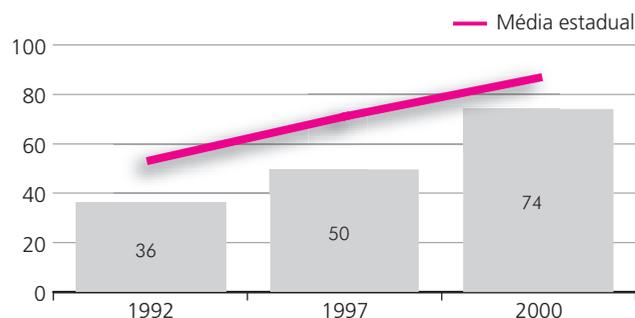
A redução da mortalidade infantil, de jovens e adultos e de idosos não impediu que a maioria de seus componentes de longevidade continuassem inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo. Porém, o aumento da mortalidade perinatal explica a perda de posições de Guariba no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: cresce a conclusão nos ensinos fundamental e médio

Guariba ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 581^a

2000 – 492^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 35,7% para 49,8%;
- aumentou de 18,7% para 32,1% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 86,5% para 96,5% e o daquelas entre 15 e 24 anos passou de 92,6% para 96,0%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental ampliou-se de 26,6% para 34,8%.

Embora tenham sido registrados progressos importantes nesta dimensão, os componentes de escolaridade de Guariba permanecem abaixo das médias regional e estadual, com exceção da proporção de jovens de 10 a 14 anos alfabetizados.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	31.061
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	117,66
Número de Domicílios Particulares Permanentes	8.137
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	89,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	16,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,73

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Guariba apresentou crescimento apenas na dimensão escolaridade. Registrou retração da atividade econômica e aumento da mortalidade perinatal, apesar da queda das demais taxas de mortalidade.

Ranking 2000

217^o
Riqueza

360^o
Longevidade

492^o
Escolaridade

GUATAPARÁ

Guatapar foi classificado no Grupo 3 do IPRS, em 1997. Em 2000, devido ao comportamento desfavorável de seus indicadores sociais, passou para o Grupo 4, dos municípios com baixo nível de riqueza, mas com indicadores razoáveis de longevidade e escolaridade.

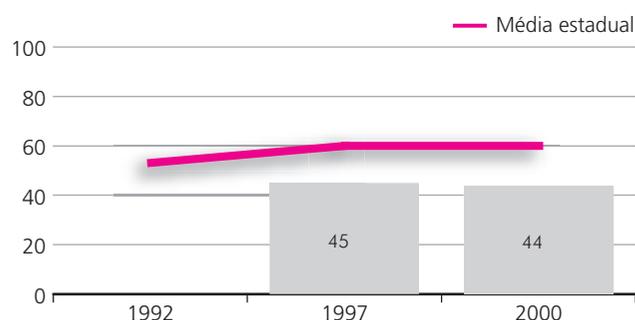


Riqueza: relativa estabilidade

Guatapar ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 221^a

2000 – 223^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços estabilizou-se em 13,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação, variou de 2,1 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 420 para R\$ 413;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 5.462,5 para R\$ 5.294,6.

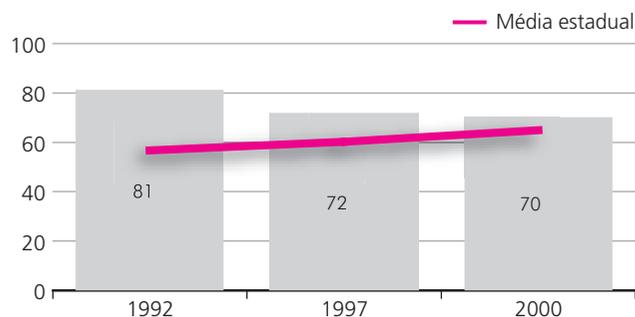
Houve relativa estabilidade do indicador de riqueza no período, que permaneceu abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução do indicador

Guatapar ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 107^a

2000 – 208^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 13,0 para 14,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 10,0 para 13,4;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,1 para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) passou de 40,1 para 40,9.

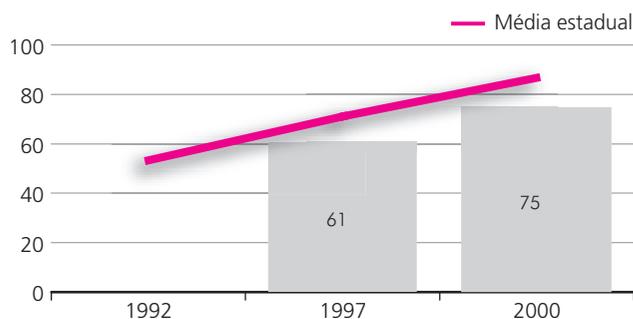
Embora ainda se encontre acima da média estadual, a redução observada no indicador de longevidade de Guatapar, devido ao aumento das taxas de mortalidade, com exceção daquela das pessoas de 15 a 39 anos, foi suficiente para a perda de várias posições no *ranking* dessa dimensão.

Escolaridade: cresce cobertura dos ensinos fundamental e médio

Guatapar ocupou as seguintes posioes no *ranking* de escolaridade:

1997 – 383^a

2000 – 480^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporao de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 41,4% para 62,4%;
- aumentou de 20,5% para 21,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,1% para 96,4% e o das pessoas entre 15 e 24 anos permaneceu em torno de 95,4%;
- o poder municipal responde pela totalidade das vagas oferecidas no ensino fundamental público.

Apesar da ampliaao, Guatapar perdeu posioes no *ranking*, devido ao ritmo de crescimento mais intenso do conjunto de municípios do Estado. Seu indicador de escolaridade permanece abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informaoes do Censo Demográfico – 2000

Populaao Total (habitantes)	6.365
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	15,68
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.099
Domicílios com Ligaao à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligaao à Rede de água com Canalizaao Interna (em %)	99,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,5
Domicílios com Iluminaao Elétrica (em %)	99,5
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,8
Indicador de Concentraao de Renda ²	1,02

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentraao de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentraao de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentraao o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Guatapar apresentou níveis baixos de riqueza e médios de longevidade e escolaridade. Nas dimensões riqueza e longevidade, os indicadores apresentaram pequenas variaoes, mas na dimensão escolaridade houve aumento, embora o indicador ainda permaneça abaixo das médias regional e estadual.

Ranking 2000

223^o
Riqueza

208^o
Longevidade

480^o
Escolaridade

JABOTICABAL

Na última edição do IPRS, Jaboticabal manteve a classificação obtida em 1997, integrando o Grupo 1, dos municípios com bons índices de riqueza e com nível alto em longevidade e/ou escolaridade. O mau desempenho na dimensão longevidade foi compensado pelo aumento do indicador de escolaridade.

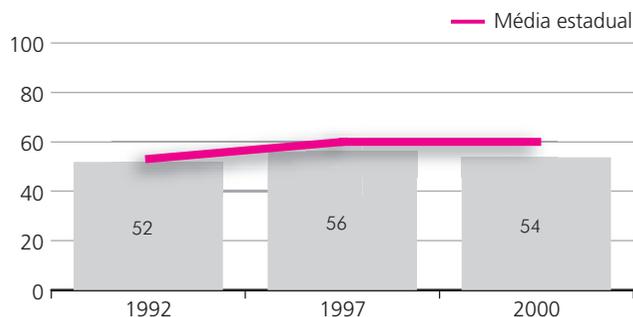


Riqueza: relativa estabilidade econômica

Jaboticabal ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 65^a

2000 – 71^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 10,5 MW para 11,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação passou de 2,6 MW para 2,5 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 771 para R\$ 679;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 4.885 para R\$ 4.622.

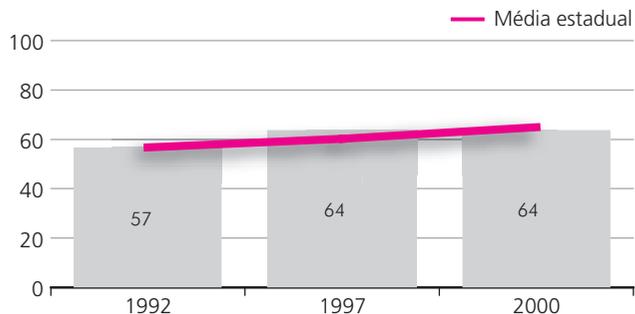
Com a relativa estabilidade econômica observada no período, Jaboticabal segue apresentando índices de riqueza comparáveis aos da RA de Ribeirão Preto, exceto nos setores primário e terciário da atividade econômica.

Longevidade: aumento da mortalidade precoce

Jaboticabal ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 294^a

2000 – 399^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 11,6 para 17,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 18,1 para 20,0;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 2,5 para 2,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 44,4 para 38,9.

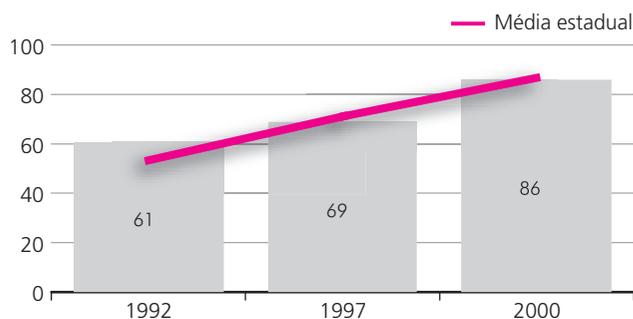
Por causa do aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal no período, Jaboticabal voltou a apresentar índices de longevidade inferiores aos da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo nas taxas de mortalidade precoce.

Escolaridade: aumento das taxas de conclusão nos ensinos fundamental e médio

Jaboticabal ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 215^a

2000 – 222^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 48,8% para 64,5%;
- aumentou de 30,3% para 42,0% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 92,1% para 96,4% e o daquelas entre 15 e 24 anos passou de 96,0% para 97,0%;
- a participação do poder público municipal na oferta de ensino fundamental ampliou-se de 6,4% para 9,6%.

Com a ampliação das taxas de conclusão nos ensinos fundamental e médio, os índices de escolaridade de Jaboticabal continuam bastante próximos daqueles calculados para a RA de Ribeirão Preto e para o Estado de São Paulo, exceto na municipalização do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	67.325
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	95,63
Número de Domicílios Particulares Permanentes	18.186
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,4
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,79

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Jaboticabal apresentou certa estabilidade em riqueza, mas em longevidade seu desempenho foi insatisfatório. Em escolaridade, mesmo perdendo poucas posições no *ranking*, o município progrediu significativamente, o que garantiu sua permanência no Grupo 1 do IPRS.

Ranking 2000

71^o
Riqueza

399^o
Longevidade

222^o
Escolaridade

JARDINÓPOLIS

Na última edição do IPRS, Jardinópolis manteve-se no Grupo 3 do IPRS, tal como em 1997. Esse grupo reúne os municípios com bons níveis em longevidade e escolaridade, apesar de apresentarem nível baixo de riqueza.

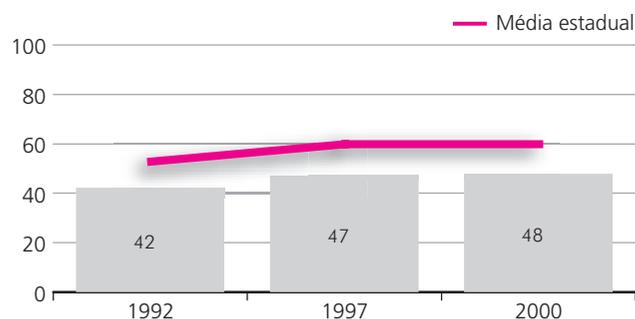


Riqueza: estabilidade econômica e aumento dos salários

Jardinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 179^a

2000 – 147^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 9,4 MW para 9,2 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação estabilizou-se em torno de 2,2 MW;
- o rendimento médio do emprego formal subiu de R\$ 485 para R\$ 576;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 4.506 para R\$ 3.936.

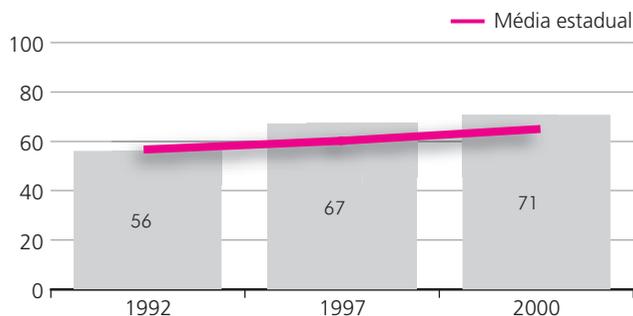
Houve relativa estabilidade nesta dimensão, mas Jardinópolis continua apresentando índices de riqueza inferiores aos da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, inclusive quanto ao rendimento médio do emprego formal, que cresceu no município.

Longevidade: aumenta mortalidade infantil e diminuiu a perinatal

Jardinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 202^a

2000 – 166^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 15,0 para 18,4;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 13,0 para 11,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 2,3 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 42,4 para 34,5.

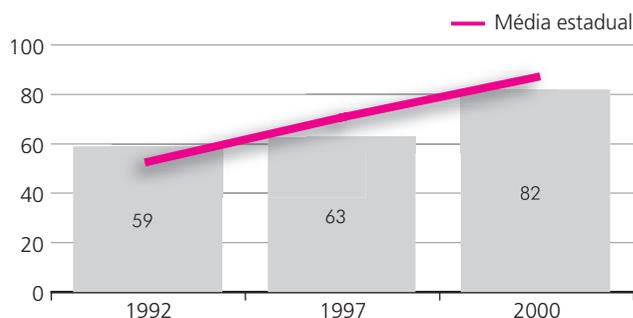
Apesar da melhoria do indicador de longevidade de Jardinópolis, o aumento da taxa de mortalidade infantil destacou-se negativamente, com média superior às da RA de Ribeirão Preto e do Estado.

Escolaridade: cresce a conclusão nos ensinos fundamental e médio

Jardinópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 348^a

2000 – 307^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 40,5% para 58,8%;
- aumentou de 22,2% para 38,3% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 92,1% para 94,5% e o das pessoas entre 15 e 24 anos passou de 95,3% para 96,7%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino público fundamental manteve-se praticamente estabilizada, passando de 83,7% para 84,1%.

Melhoraram os níveis de escolaridade de Jardinópolis, embora os percentuais de conclusão dos ensinos fundamental e médio permaneçam abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	30.660
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	60,83
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.539
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,66

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios da RA de Ribeirão Preto classificados no Grupo 3, Jardinópolis teve melhor desempenho na dimensão de escolaridade que na de longevidade, entre 1997 e 2000. Além disso, contrariando tendência geral no Estado de São Paulo, o município ampliou seus índices de riqueza, inclusive registrando aumento do rendimento médio do emprego formal.

Ranking 2000

147^o
Riqueza

166^o
Longevidade

307^o
Escolaridade

LUÍS ANTÔNIO

Na última edição do IPRS, Luís Antônio manteve-se no Grupo 1, mesma classificação obtida em 1997. Esse grupo reúne os municípios de melhor padrão de desenvolvimento humano, com bons níveis de riqueza, longevidade e escolaridade.

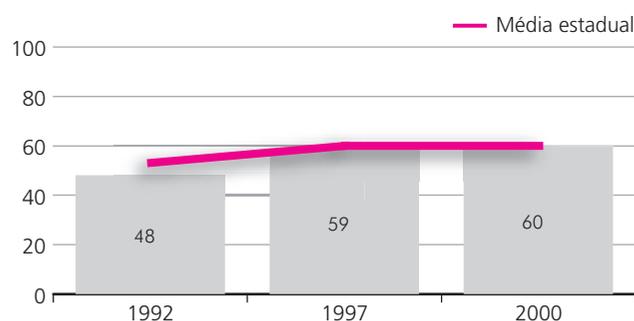


Riqueza: aumento expressivo do valor adicionado *per capita*

Luís Antônio ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 45ª

2000 – 29ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 12,3 MW para 16,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação se estabilizou em torno de 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 984 para R\$ 856;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 36.644 para R\$ 50.874.

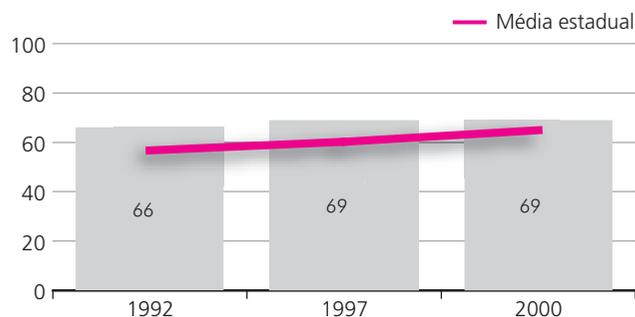
Fugindo ao padrão observado na maioria dos municípios do Estado de São Paulo, Luís Antônio registrou crescimento econômico com aumento expressivo do valor adicionado fiscal *per capita* e nos setores primário e terciário de atividade econômica.

Longevidade: redução da mortalidade precoce

Luís Antônio ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 169ª

2000 – 256ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,4 para 15,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 17,5 para 16,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) cresceu de 1,5 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou de 34,5 para 38,0.

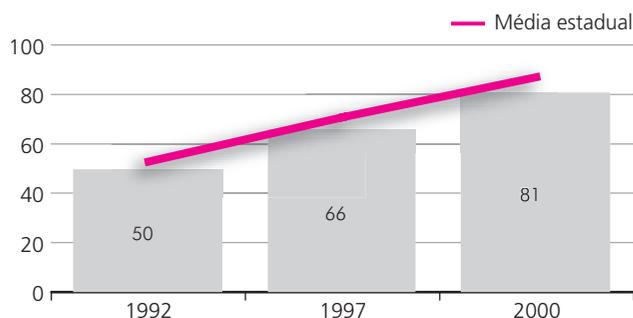
Com a redução observada no período, o município passou a apresentar taxas de mortalidade infantil e perinatal inferiores às do Estado de São Paulo, mas ainda superiores às da RA de Ribeirão Preto.

Escolaridade: ampliação da população jovem com ensino fundamental completo

Luíis Antônio ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 279^a

2000 – 352^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 38,1% para 65,8%;
- aumentou de 19,2% para 32,4% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo caiu de 95,8% para 94,7% e o das pessoas entre 15 e 24 anos diminuiu de 97,3% para 95,4%;
- o poder municipal responde pela totalidade das vagas no ensino fundamental pela rede pública.

Apesar da ampliação da proporção de jovens de 15 a 19 anos com ensino fundamental completo, a taxa de conclusão do ensino médio de Luíis Antônio permanece abaixo das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.146
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	11,70
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.682
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,0
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

No período analisado, além do aumento expressivo do valor adicionado fiscal *per capita*, houve redução da mortalidade precoce e ampliação da população com ensino fundamental completo, evidenciando melhorias nas três dimensões do IPRS, principalmente em riqueza.

Ranking 2000

29^o
Riqueza

256^o
Longevidade

352^o
Escolaridade

MONTE ALTO

Monte Alto, em 1997 e 2000, permaneceu no Grupo 3 do IPRS, que reúne municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade, embora apresente nível baixo de riqueza.

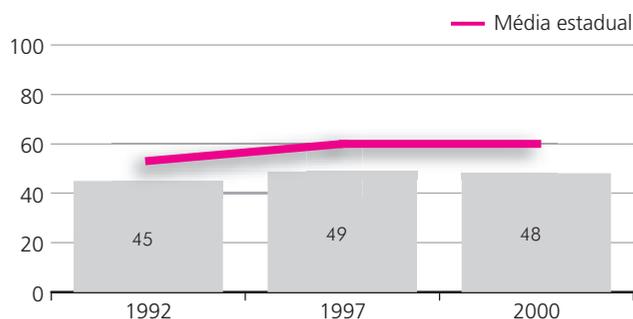


Riqueza: relativa estabilidade econômica

Monte Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 152ª

2000 – 152ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 9,5 MW para 9,9 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial estabilizou-se em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 592 para R\$ 571;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 4.005 para R\$ 3.292.

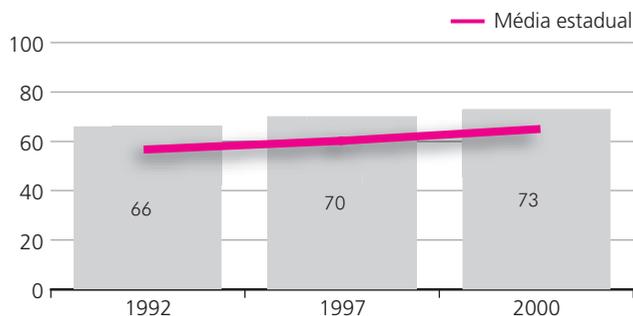
Apesar da relativa estabilidade econômica no período, as variáveis de riqueza de Monte Alto continuam inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: queda da mortalidade infantil e estabilização da mortalidade perinatal

Monte Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 153ª

2000 – 129ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,3 para 12,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) oscilou de 15,7 para 15,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,6 para 1,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,5 para 38,5.

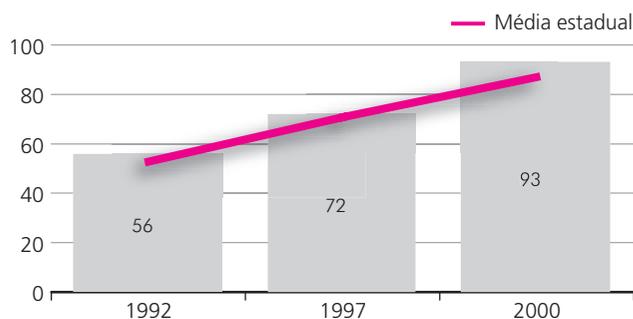
Com a redução dos coeficientes específicos de mortalidade por idade no período, os indicadores de longevidade de Monte Alto tornaram-se comparáveis à média do Estado de São Paulo, chegando, por vezes, a superá-la.

Escolaridade: aumento expressivo na conclusão do ensino médio

Monte Alto ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 152^a

2000 – 54^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 51,5% para 68,1%;
- aumentou de 26,1% para 48,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo aumentou de 92,6% para 97,2% e o das pessoas entre 15 e 24 anos estabilizou-se em 97,3%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público manteve-se em 58,1%.

Com os resultados obtidos no período, Monte Alto apresentou todas as variáveis que compõem esta dimensão superiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	43.574
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	125,21
Número de Domicílios Particulares Permanentes	11.911
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,67

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios da RA de Ribeirão Preto classificados no Grupo 3, Monte Alto teve desempenho satisfatório nas dimensões de longevidade e de escolaridade. Destaca-se, como aspecto positivo, o crescimento da população que concluiu o ensino médio, cuja taxa municipal é superior à média do Estado de São Paulo.

Ranking 2000

152^o
Riqueza

129^o
Longevidade

54^o
Escolaridade

PITANGUEIRAS

Na última edição do IPRS, assim como em 1997, Pitangueiras manteve-se no Grupo 4, caracterizando por municípios com nível baixo de riqueza, mas com índices razoáveis de longevidade e de escolaridade.

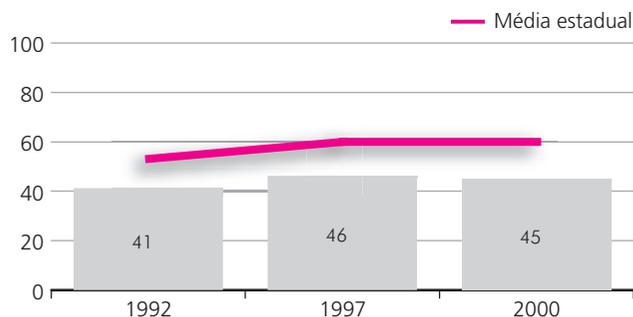


Riqueza: relativa estabilidade

Pitangueiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 197^a

2000 – 209^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços se estabilizou em 9,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 2,2 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 562 para R\$ 531;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 3.799 para R\$ 4.839.

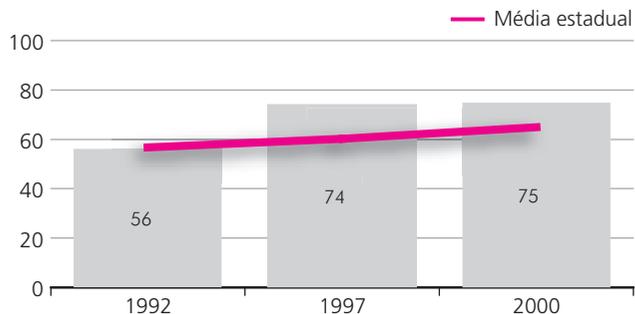
Apesar da relativa estabilidade observada no período, Pitangueiras ainda apresenta índices de riqueza municipal inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: aumentam mortalidade infantil e perinatal

Pitangueiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 67^a

2000 – 84^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) variou de 9,6 para 10,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) aumentou de 8,6 para 10,1;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,3 para 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) caiu de 39,4 para 34,8.

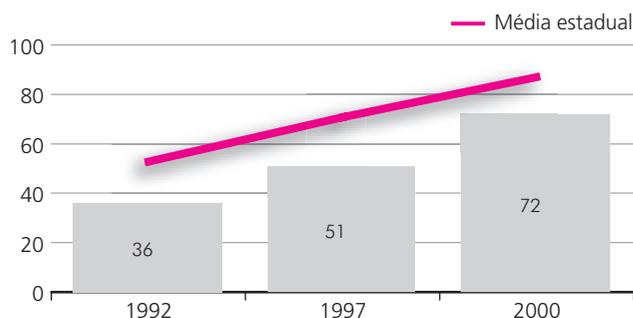
Embora tenha havido aumento da mortalidade infantil e perinatal no período – que explicam a perda de posições no *ranking* –, Pitangueiras continua a apresentar seus componentes de longevidade em patamares mais favoráveis que as médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Escolaridade: aumento da alfabetização

Pitangueiras ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 572^a

2000 – 527^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 38,2% para 56,4%;
- aumentou de 13,9% para 27,2% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,1% para 96,9% e o das pessoas entre 15 e 24 anos passou de 93,6% para 94,2%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público cresceu de 3,7% para 19,5%.

O desempenho foi satisfatório no período, mas os valores dos componentes de escolaridade estão inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, com exceção do percentual de alfabetizados de 10 a 14 anos.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	31.112
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	70,71
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.955
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,2
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,4
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,2
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	21,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Pitangueiras registrou avanços nos índices de conclusão no ensino fundamental e dos alfabetizados entre 10 e 14 anos. No entanto, as taxas de mortalidade infantil e perinatal, ainda que se encontrem em níveis relativamente baixos, ampliaram-se no período.

Ranking 2000

209^o
Riqueza

84^o
Longevidade

527^o
Escolaridade

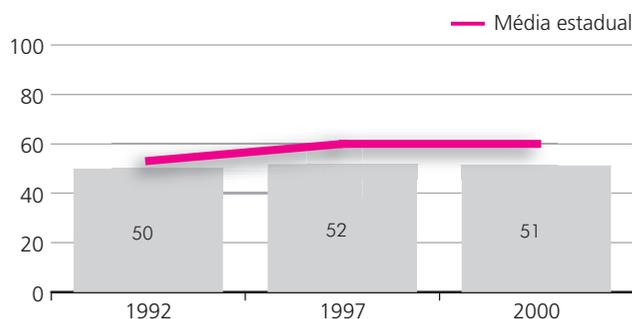
PONTAL

Desde 1992, Pontal permaneceu no Grupo 2 do IPRS, que reúne municípios que, embora possuam alto nível de riqueza, não apresentam índices satisfatórios de longevidade e de escolaridade.



Riqueza: pequena redução

Pontal ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 98^a
2000 – 114^a



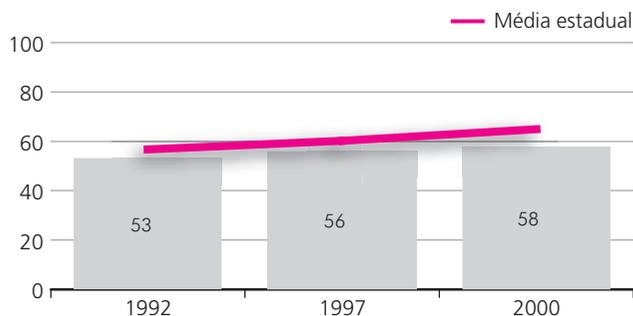
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços diminuiu de 13,2 MW para 12,3 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial estabilizou-se em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 618 para R\$ 600;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 4.742 para R\$ 4.217.

Com a pequena redução nesta dimensão, Pontal perdeu posições no *ranking de riqueza*. Todas as variáveis que compõem o indicador municipal apresentam resultados inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: mortalidade precoce ainda elevada

Pontal ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 514^a
2000 – 526^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

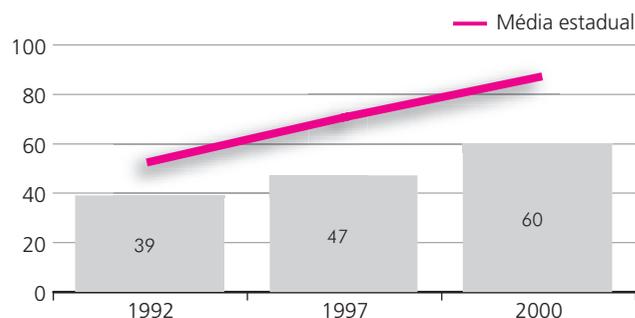
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 22,2 para 17,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) passou de 27,2 para 26,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) permaneceu em 2,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) oscilou de 41,6 para 41,5.

Apesar da redução da taxa de mortalidade infantil no período, Pontal ainda exibe taxas de mortalidade superiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Escolaridade: baixo índice de conclusão do ensino fundamental

Pontal ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 606^a
2000 – 632^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 32,7% para 45,7%;
- aumentou de 13,6% para 18,1% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 87,5% para 94,8% e o das pessoas entre 15 e 24 anos oscilou de 93,5% para 93,0%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público passou de 3,9% para 4,7%.

O desempenho de Pontal foi positivo no período, mas o percentual de pessoas com ensino fundamental completo está entre os mais baixos da RA de Ribeirão Preto.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	29.608
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	77,92
Número de Domicílios Particulares Permanentes	7.744
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,6
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,8
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	24,3
Indicador de Concentração de Renda ²	0,66

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Dos municípios da RA de Ribeirão Preto, Pontal foi o único classificado no Grupo 2, no qual se mantém desde a primeira edição do IPRS, embora tenha perdido posições no *ranking* em todas as dimensões. Destacaram-se as ainda elevadas taxas de mortalidade infantil e perinatal e as baixas taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Ranking 2000

114^o
Riqueza

526^o
Longevidade

632^o
Escolaridade

PRADÓPOLIS

Na última edição do IPRS, Pradópolis manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 1, que reúne os municípios de melhor padrão de desenvolvimento humano, com bons índices de riqueza, longevidade e escolaridade.

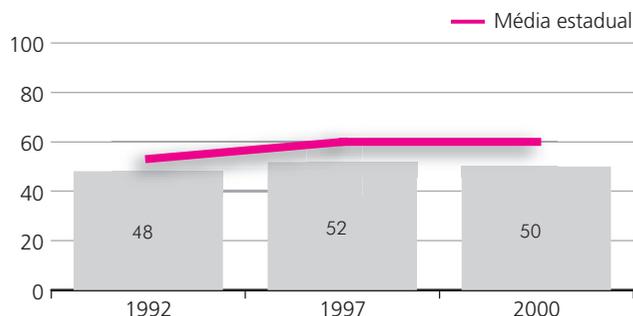


Riqueza: relativa estabilidade econômica

Pradópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 103ª

2000 – 116ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 5,4 MW para 6,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial se estabilizou em 2,3 MW;
- o rendimento médio do emprego formal reduziu-se de R\$ 974 para R\$ 725;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 8.440 para R\$ 8.044.

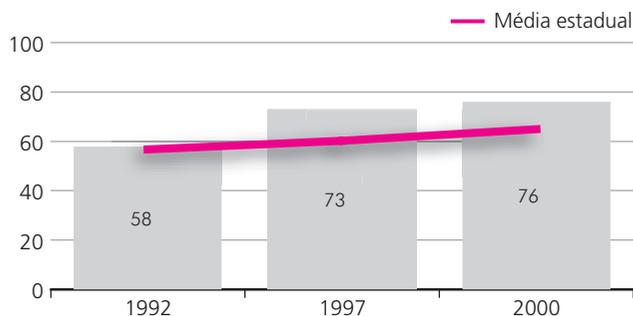
Com a relativa estabilidade econômica observada no período, Pradópolis apresenta valor adicionado *per capita* superior à média da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução expressiva da mortalidade precoce

Pradópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 85ª

2000 – 59ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,4 para 7,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 20,7 para 11,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 0,9 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) elevou-se de 30,7 para 36,9.

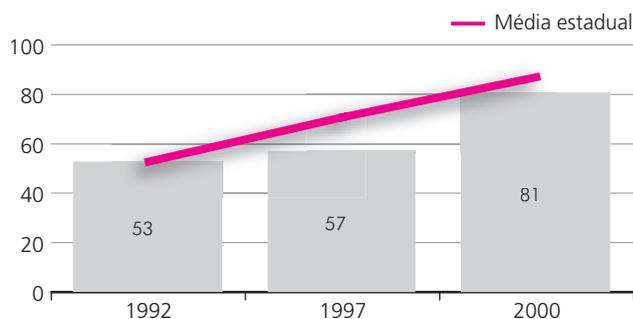
Com a redução das taxas de mortalidade infantil e perinatal no período, Pradópolis passou a exibir índices de longevidade superiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo e ganhou algumas posições no *ranking*.

Escolaridade: aumento da cobertura do ensino médio

Pradópolis ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 477^a

2000 – 331^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 38,6% para 55,8%;
- aumentou de 25,9% para 40,1% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 89,3% para 96,6% e a daquelas entre 15 e 24 anos variou de 93,5% para 95,9%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público ampliou-se de 7,0% para 44,5%.

Mesmo com os avanços registrados no período, as taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio permanecem abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado. Mencione-se o grande avanço da municipalização do ensino fundamental.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	12.880
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	75,76
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.143
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,9
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	11,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios do Estado de São Paulo classificados no Grupo 1, Pradópolis apresenta bons índices de riqueza, longevidade e escolaridade. No período analisado, além da redução expressiva da mortalidade precoce, houve ampliação da população com ensino médio completo, enquanto a riqueza manteve seu indicador em relativa estabilidade.

Ranking 2000

116^o
Riqueza

59^o
Longevidade

331^o
Escolaridade

RIBEIRÃO PRETO

Na última edição do IPRS, Ribeirão Preto manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 1, que reúne os municípios com melhor padrão de desenvolvimento humano, com altos índices de riqueza, longevidade e escolaridade.

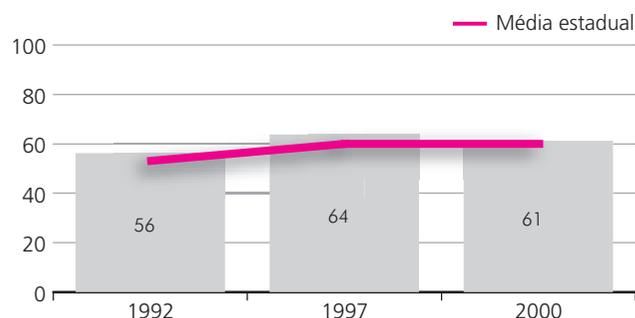


Riqueza: perda de dinamismo

Ribeirão Preto ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 22^a

2000 – 24^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 15,8 MW para 18,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial oscilou de 3,0 MW para 2,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 756 para R\$ 698;
- o valor adicionado fiscal *per capita* reduziu-se de R\$ 4.682 para R\$ 3.885.

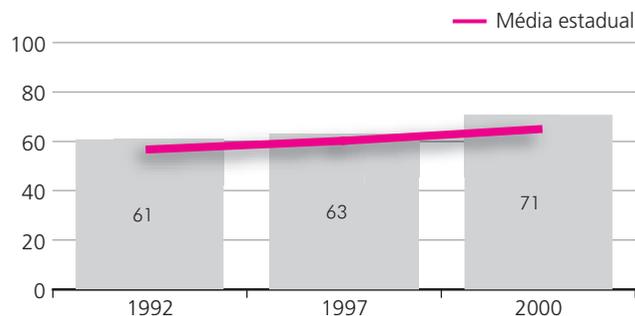
Os dados sugerem que as atividades industriais de Ribeirão Preto perderam dinamismo. Ainda assim, os índices de riqueza do município-sede permanecem próximas das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução expressiva da mortalidade precoce

Ribeirão Preto ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 315^a

2000 – 181^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,5 para 11,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 15,4 para 11,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 2,9 para 2,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) passou de 41,4 para 37,8.

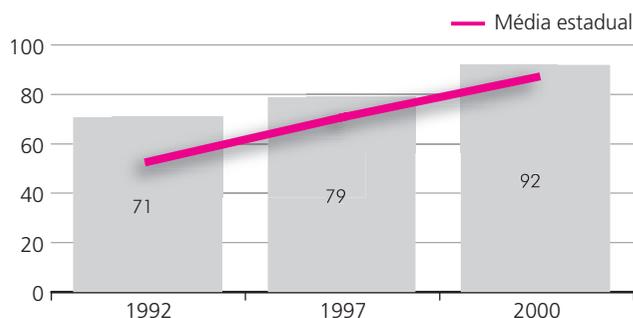
Com a redução expressiva das taxas de mortalidade infantil e perinatal no período, quase todas as variáveis de longevidade do município-sede apresentaram desempenhos melhores que as médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo. Isso fez com que o município avançasse bastante no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: cresce percentual dos que concluíram ensino fundamental

Ribeirão Preto ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 51^a

2000 – 66^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental ampliou-se de 54,7% para 71,1%;
- aumentou de 35,8% para 52,5% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 94,8% para 96,7% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 97,3% para 97,0%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público variou de 28,3% para 30,2%.

Com a ampliação das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio no período, os índices de escolaridade do município-sede permanecesseem acima das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	504.162
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	785,30
Número de Domicílios Particulares Permanentes	144.440
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,3
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,9
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	10,1
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios do Estado de São Paulo classificados no Grupo 1, Ribeirão Preto apresenta bons índices de riqueza, longevidade e escolaridade. No período analisado, além da redução expressiva da mortalidade precoce, houve ampliação significativa da cobertura escolar, tanto no ensino fundamental como no médio.

Ranking 2000

24^o
Riqueza

181^o
Longevidade

66^o
Escolaridade

SANTA CRUZ DA ESPERANÇA

Na última edição do IPRS, Santa Cruz da Esperança manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 3, que reúne os municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade, apesar de possuírem nível baixo de riqueza.

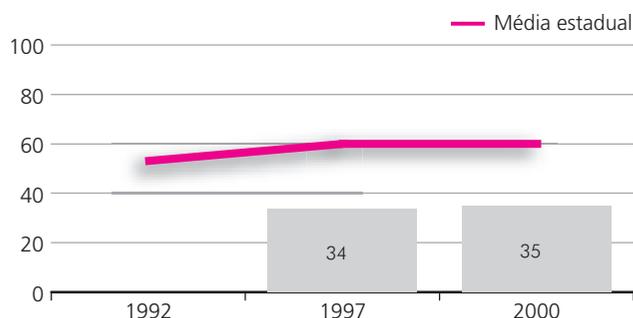


Riqueza: pequeno crescimento econômico

Santa Cruz da Esperança ocupou as seguintes posições no ranking de riqueza:

1997 – 457^a

2000 – 451^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 5,9 MW para 6,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 1,7 MW para 1,8 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 466 para R\$ 435;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 1.211 para R\$ 1.101.

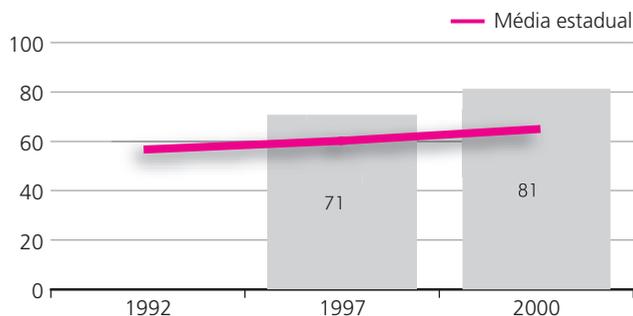
Apesar do pequeno crescimento nesta dimensão, no período, Santa Cruz da Esperança segue apresentando índices de riqueza abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: progressos significativos

Santa Cruz da Esperança ocupou as seguintes posições no ranking de longevidade:

1997 – 112^a

2000 – 25^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 15,4 para 15,5;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 17,3 para 15,3;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes), que era 2, passou a ser nula;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 25,6 para 23,8.

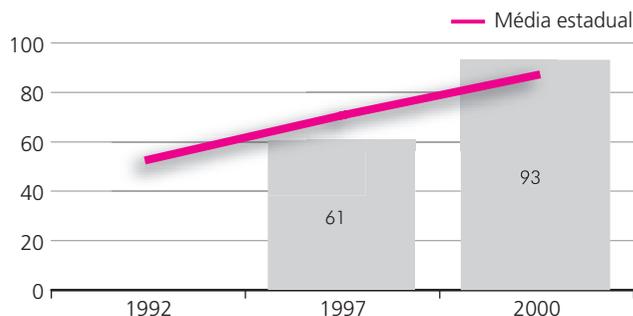
A despeito dos avanços registrados no período, Santa Cruz da Esperança ainda apresenta taxas de mortalidade infantil e perinatal acima da média da RA de Ribeirão Preto. Vale ressaltar que o município é de pequeno porte e, portanto, sujeito a maiores variações em suas taxas.

Escolaridade: ampliação expressiva na cobertura do ensino fundamental

Santa Cruz da Esperança ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 403ª

2000 – 55ª



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental ampliou-se de 39,9% para 81,0%;
- aumentou de 22,1% para 38,7% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo elevou-se de 90,2% para 100,0% e a daquelas entre 15 e 24 anos passou de 94,6% para 97,7%;
- o poder municipal continua sendo responsável pela totalidade das vagas oferecidas no ensino fundamental público.

O município apresentou evolução em todas as variáveis de escolaridade, principalmente na proporção de jovens com ensino fundamental concluído.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	1.795
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	12,47
Número de Domicílios Particulares Permanentes	322
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	95,8
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	8,2
Indicador de Concentração de Renda ²	0,60

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Santa Cruz da Esperança apresentou progressos significativos nas dimensões longevidade e escolaridade, ganhando muitas posições nos respectivos rankings. Em riqueza, o município registrou pequeno crescimento em seu indicador.

Ranking 2000

451º
Riqueza

25º
Longevidade

55º
Escolaridade

SANTA ROSA DO VITERBO

Na última edição do IPRS, Santa Rosa do Viterbo manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 3, que reúne os municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade, apesar de possuírem nível baixo de riqueza.

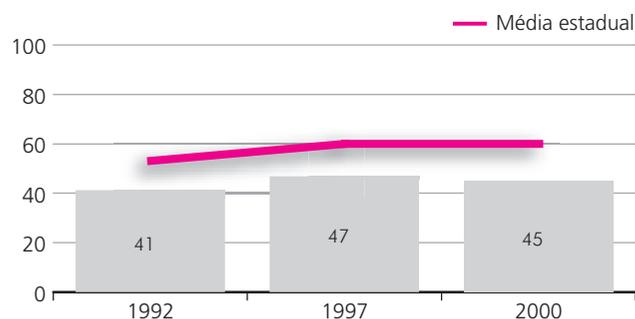


Riqueza: relativa estabilidade

Santa Rosa do Viterbo ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 183^a

2000 – 212^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 8,7 MW para 8,6 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,1 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 676 para R\$ 552;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 4.278 para R\$ 4.222.

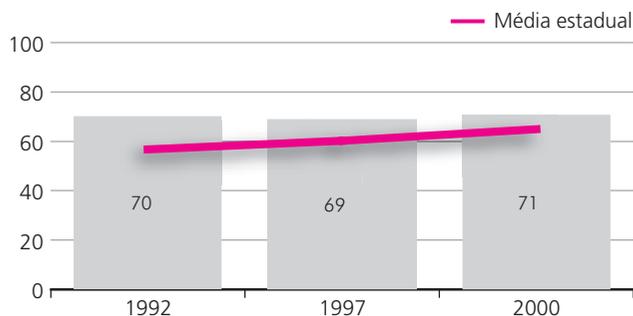
Com a relativa estabilidade econômica observada no período, Santa Rosa do Viterbo continua apresentando índices de riqueza municipal inferiores às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução da mortalidade de idosos

Santa Rosa do Viterbo ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 162^a

2000 – 167^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

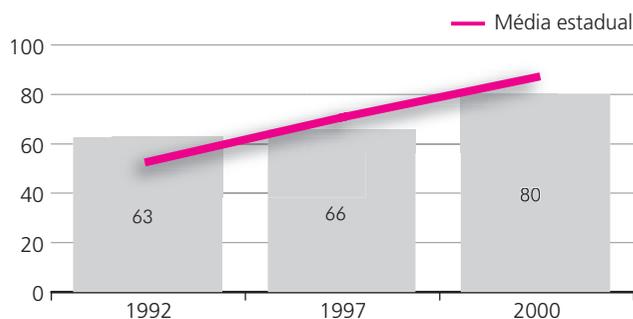
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) passou de 9,5 para 9,0;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 17,9 para 15,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 1,6 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 44,5 para 39,3.

Destaca-se a queda da taxa de mortalidade dos idosos que, juntamente com os pequenos decréscimos das taxas de mortalidade infantil e perinatal, contribuiu para a pequena elevação do indicador de longevidade.

Escolaridade: aumenta cobertura do ensino fundamental

Santa Rosa do Viterbo ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 270^a
2000 – 374^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental elevou-se de 45,7% para 60,5%;
- aumentou de 25,9% para 36,5% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo passou de 92,2% para 95,0% e a daquelas entre 15 e 24 anos oscilou de 96,8% para 96,5%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público variou de 9,0% para 11,5%.

Em que pesem os avanços observados em quase todas as variáveis, Santa Rosa do Viterbo não progrediu no *ranking* e segue apresentando índices de escolaridade abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	21.413
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	75,40
Número de Domicílios Particulares Permanentes	5.622
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,6
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	7,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,74

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Santa Rosa do Viterbo teve desempenho satisfatório nas dimensões longevidade e escolaridade, em que se verificaram a pequena taxa de mortalidade infantil e a redução da mortalidade de idosos, além da ampliação da proporção de jovens que concluíram o ensino fundamental. Porém, isso foi insuficiente para fazê-la progredir nos respectivos *rankings* do IPRS.

Ranking 2000

212^o
Riqueza

167^o
Longevidade

374^o
Escolaridade

SANTO ANTONIO DA ALEGRIA

Em 1997, Santo Antonio da Alegria foi classificado no Grupo 3 do IPRS e, em 2000, passou para o Grupo 4, que reúne os municípios com nível baixo de riqueza e índices razoáveis de longevidade e de escolaridade. Tal mudança deveu-se ao comportamento desfavorável de seus indicadores sociais, no período recente.

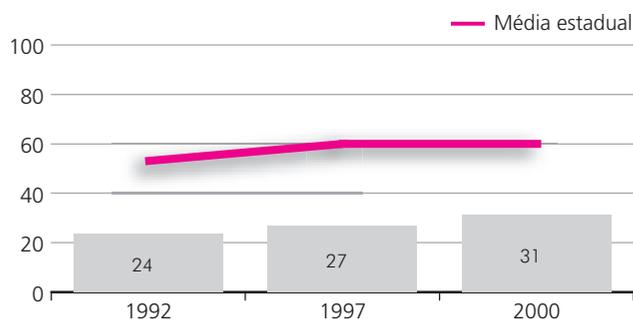


Riqueza: aumento do rendimento médio do emprego formal

Santo Antonio da Alegria ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 587^a

2000 – 551^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços passou de 4,8 MW para 5,0 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 1,6 MW para 1,7 MW;
- o rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 296 para R\$ 341;
- o valor adicionado *per capita* diminuiu de R\$ 1.960 para R\$ 1.558.

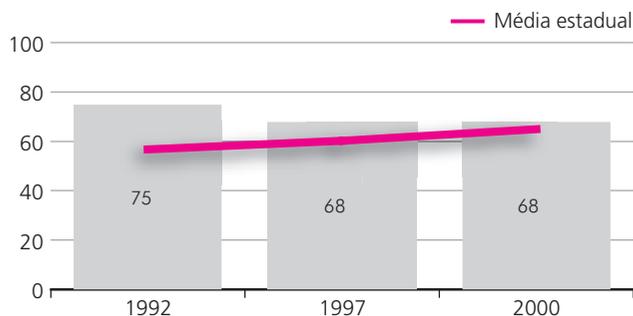
Como as variáveis de riqueza, exceto o valor agregado, expandiram-se, o indicador de riqueza também se elevou. Apesar disto, Santo Antonio da Alegria continua com resultados de riqueza abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: mortalidade precoce aumenta

Santo Antonio da Alegria ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 191^a

2000 – 285^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 13,5 para 16,9;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 7,5 para 13,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 2,4 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 51,9 para 42,3.

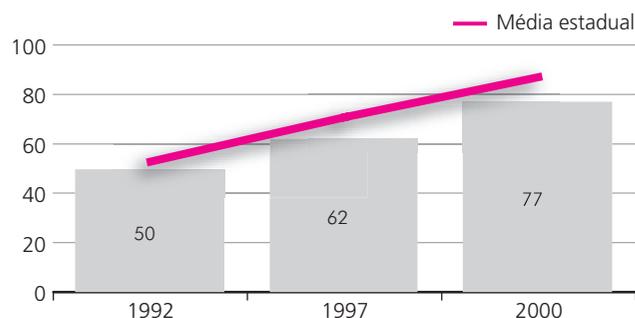
Aumentaram as taxas de mortalidade infantil e perinatal. Porém, com a redução das demais, o indicador de longevidade permaneceu estável, o que foi insuficiente para manter a posição deste município no respectivo *ranking*.

Escolaridade: aumento da cobertura do ensino fundamental

Santo Antonio da Alegria ocupou as seguintes posições no ranking de escolaridade:

1997 – 378^a

2000 – 424^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 38,0% para 56,4%;
- aumentou de 26,4% para 37,9% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 88,9% para 93,2% e o daquelas entre 15 e 24 anos passou de 96,1% para 95,5%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público se estabilizou em 44,7%.

Foi bom o desempenho em escolaridade, com o aumento da proporção de pessoas que concluíram os ensinos fundamental e médio. Porém, seus patamares ainda estão muito aquém das médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	5.757
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	19,19
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.193
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	98,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	98,9
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	6,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,79

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Mesmo em elevação, os indicadores de riqueza e de escolaridade ainda são relativamente baixos, em Santo Antonio da Alegria. Na dimensão longevidade, cujo patamar é mais favorável que o das demais dimensões, a elevação da mortalidade precoce impediu seu avanço no ranking e propiciou sua mudança na classificação do IPRS.

Ranking 2000

551^o
Riqueza

285^o
Longevidade

424^o
Escolaridade

SÃO SIMÃO

Na última edição do IPRS, São Simão manteve-se no Grupo 3, a mesma classificação obtida em 1997. Nesse grupo estão os municípios com bons índices de longevidade e de escolaridade, mas com nível baixo de riqueza.

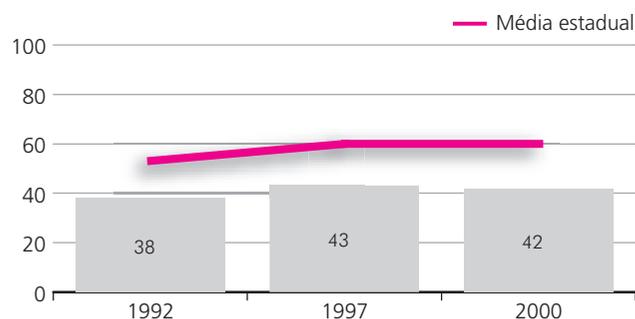


Riqueza: pequena retração econômica

São Simão ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 260^a

2000 – 248^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços oscilou de 9,7 MW para 9,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial se estabilizou em 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal diminuiu de R\$ 412 para R\$ 391;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 3.029 para R\$ 2.940.

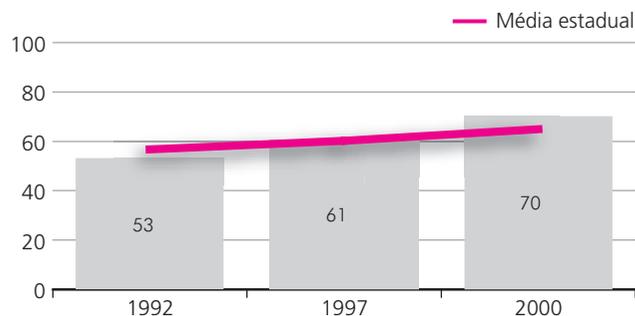
Com a pequena retração econômica observada no período, São Simão continuou apresentando índices de riqueza municipal inferiores aos da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, mas avançou algumas posições no *ranking*.

Longevidade: redução expressiva da mortalidade infantil

São Simão ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 409^a

2000 – 205^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,2 para 8,8;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 21,3 para 14,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,1 para 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 48,9 para 42,8.

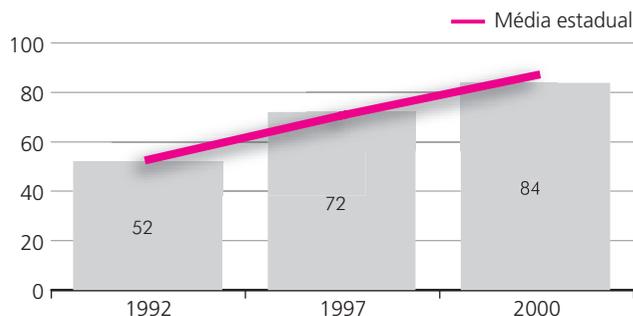
Com as expressivas reduções das taxas de mortalidade infantil e perinatal no período, São Simão registrou crescimento em seu indicador, que passou de 61 para 70, igualando-se ao patamar regional nessa dimensão e evoluindo bastante no *ranking*.

Escolaridade: ampliação da parcela da população com ensino fundamental completo

São Simão ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 129^a

2000 – 263^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de jovens entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 53,5% para 63,9%;
- aumentou de 32,2% para 38,0% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- a parcela de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 91,8% para 95,7% e a daquelas entre 15 e 24 anos variou de 96,6% para 97,6%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público passou de 10,8% para 16,6%.

São Simão registrou progressos nessa dimensão, porém em ritmo menos intenso do que o apresentado pelo total do Estado, o que resultou na perda de muitas posições no *ranking* de escolaridade.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	13.658
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	21,71
Número de Domicílios Particulares Permanentes	3.359
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,2
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,5
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,7
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	5,8
Indicador de Concentração de Renda ²	0,71

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

São Simão apresentou pequena retração em riqueza. Já em longevidade o desempenho foi satisfatório, diminuindo todas as taxas de mortalidade, principalmente as precoces. Na dimensão escolaridade, houve progressos, porém em ritmo inferior ao desejável.

Ranking 2000

248^o
Riqueza

205^o
Longevidade

263^o
Escolaridade

SERRA AZUL

Serra Azul, em 1997, classificou-se no Grupo 3 do IPRS. Em 2000, sobretudo devido a seu mau desempenho na dimensão escolaridade, passou a integrar o Grupo 4, ao lado dos municípios com nível baixo de riqueza e em transição social.

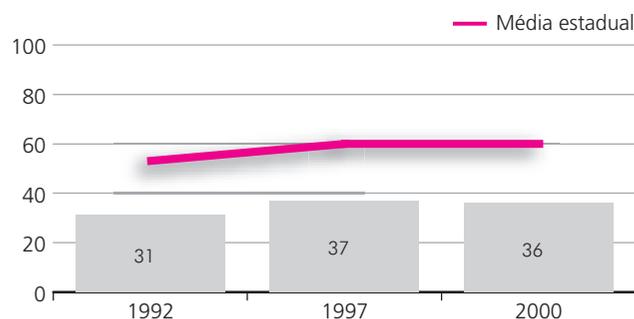


Riqueza: pequena retração

Serra Azul ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 392^a

2000 – 414^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços diminuiu de 8,8 MW para 8,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial passou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 371 para R\$ 334;
- o valor adicionado fiscal *per capita* aumentou de R\$ 2.348 para R\$ 2.398.

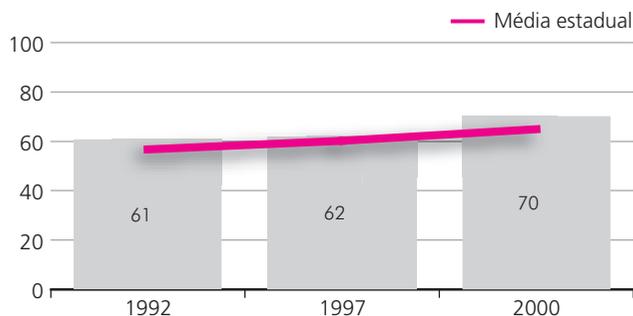
Serra Azul registrou pequena retração em seu indicador de riqueza, influenciado pela redução do consumo produtivo de energia elétrica e da média salarial. Tal comportamento implicou a permanência deste indicador em nível inferior às médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo e a perda de posições do município no *ranking* de riqueza.

Longevidade: mortalidade precoce em queda

Serra Azul ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 357^a

2000 – 211^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 14,0 para 12,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 19,9 para 16,5;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) decresceu de 2,1 para 1,2;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) declinou de 49,2 para 44,7.

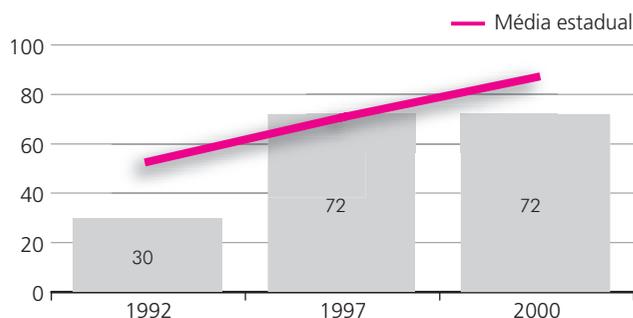
Serra Azul logrou reduzir todas as taxas de mortalidade que compõem o indicador de longevidade e, conseqüentemente, melhorou bastante sua posição neste *ranking*.

Escolaridade: pequeno aumento da cobertura do ensino fundamental

Serra Azul ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 141^a

2000 – 527^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental passou de 49,6% para 51,6%;
- o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído oscilou de 28,9% para 28,6%;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 94,6% para 96,4% e o daquelas entre 15 e 24 anos caiu de 96,3% para 94,8%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público variou de 47,2% para 48,7%.

Devido ao baixo desempenho em quase todas as variáveis que compõem a dimensão escolaridade, Serra Azul perdeu várias posições neste *ranking*.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	7.433
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	26,17
Número de Domicílios Particulares Permanentes	1.759
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	96,7
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	97,7
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	98,5
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,4
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	9,4
Indicador de Concentração de Renda ²	0,80

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

O indicador de longevidade, em Serra Azul, mostrou-se bastante positivo. No entanto, o desempenho desfavorável do indicador de escolaridade, além de rebaixar o município em várias posições neste *ranking*, foi o principal determinante de sua classificação no Grupo 4 do IPRS.

Ranking 2000

414^o
Riqueza

211^o
Longevidade

527^o
Escolaridade

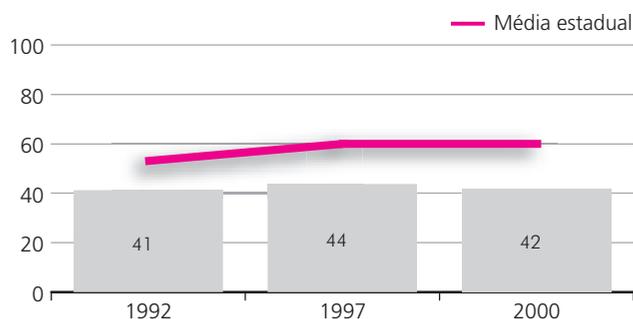
SERRANA

Em 2000, Serrana manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 4 do IPRS, que reúne os municípios com nível baixo de riqueza, mas indicadores razoáveis de longevidade e de escolaridade.



Riqueza: relativa estabilidade econômica

Serrana ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 234^a
2000 – 262^a



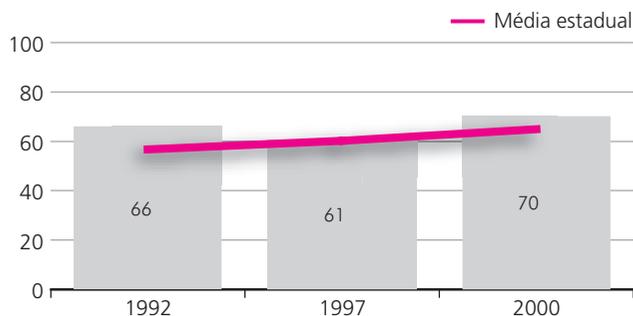
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,7 MW para 7,1 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,1 MW para 2,0 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 537 para R\$ 477;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu de R\$ 3.969 para R\$ 4.779.

O município registrou aumento no valor adicionado fiscal *per capita*, queda do rendimento médio e leve aquecimento nos setores primário e terciário da economia. Isto levou Serrana a perder algumas posições no *ranking* de riqueza e seu indicador permanece abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução da mortalidade infantil

Serrana ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 389^a
2000 – 215^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

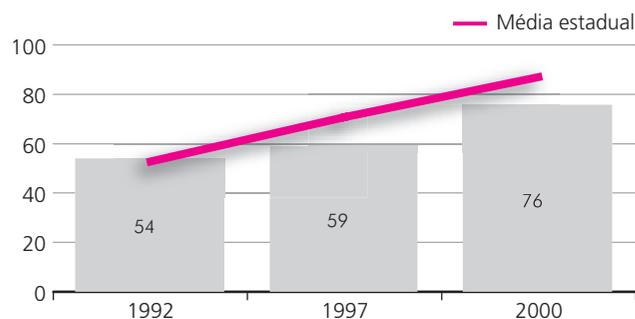
- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 17,1 para 14,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) caiu de 18,7 para 13,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu de 2,2 para 1,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) decresceu de 49,5 para 41,8.

Houve redução em todas as taxas de mortalidade, levando Serrana a exibir indicadores mais favoráveis que as médias estaduais e a avançar várias posições no *ranking* de longevidade.

Escolaridade: aumenta conclusão do ensino fundamental

Serrana ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 446^a
2000 – 454^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 36,8% para 54,6%;
- aumentou de 19,0% para 35,0% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 91,5% para 93,3% e o das pessoas entre 15 e 24 anos oscilou de 95,2% para 95,7%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público oscilou de 73,6% para 73,3%.

Apesar da ampliação da parcela da população com ensino fundamental completo, os índices de escolaridade de Serrana permanecem abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	32.499
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	253,90
Número de Domicílios Particulares Permanentes	8.334
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	99,5
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	100,0
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,6
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	17,9
Indicador de Concentração de Renda ²	0,77

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartil) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios classificados no Grupo 4, Serrana está aquém dos valores médios do Estado, na categoria riqueza municipal. Conquistou boas reduções em suas taxas de mortalidade, elevando o seu indicador de longevidade acima da média estadual. Seus ganhos em escolaridade, entretanto, não foram suficientes para manter sua classificação no respectivo *ranking*.

Ranking 2000

262^o
Riqueza

215^o
Longevidade

454^o
Escolaridade

SERTÃOZINHO

Em 2000, Sertãozinho manteve-se no Grupo 1 do IPRS, tal como em 1997. Nesse grupo estão os municípios que apresentam melhor padrão de desenvolvimento humano, com altos níveis de riqueza, de longevidade e/ou de escolaridade.

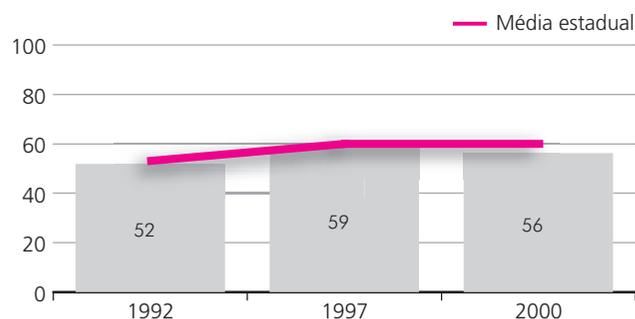


Riqueza: pequena retração

Sertãozinho ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:

1997 – 40^a

2000 – 60^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços se estabilizou em 13,7 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,7 MW para 2,6 MW;
- o rendimento médio do emprego formal caiu de R\$ 758 para R\$ 640;
- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 4.985 para R\$ 4.382.

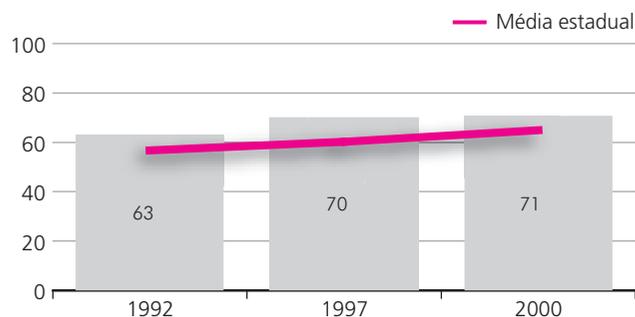
Apesar da pequena retração nesta dimensão, Sertãozinho segue apresentando índices de riqueza municipal próximos à média da RA de Ribeirão Preto. Porém, não foi capaz de manter sua posição neste *ranking*.

Longevidade: aumenta a mortalidade precoce

Sertãozinho ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:

1997 – 151^a

2000 – 201^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) aumentou de 12,8 para 14,6;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 14,2 para 14,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,0 para 1,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) diminuiu de 39,9 para 36,4.

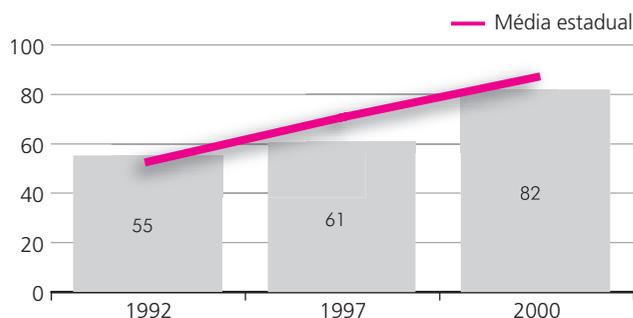
Houve aumento das taxas de mortalidade infantil e perinatal que, embora situadas abaixo da média do Estado de São Paulo, superaram a da RA de Ribeirão Preto. As outras taxas de mortalidade decresceram, mas não impediram Sertãozinho de perder posições neste *ranking*.

Escolaridade: aumentou a participação do município na oferta de vagas

Sertãozinho ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 380^a

2000 – 317^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 42,9% para 64,4%;
- aumentou de 19,0% para 34,9% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 92,6% para 96,1% e o daquelas entre 15 e 24 anos permaneceu em 96,1%;
- a participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público aumentou de 16,6% para 37,0%.

O bom desempenho dessas variáveis levou Sertãozinho a ganhar algumas posições no *ranking* de escolaridade. Porém, índices de conclusão do ensino médio no município permanecem abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	94.499
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	233,33
Número de Domicílios Particulares Permanentes	24.698
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	97,3
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,4
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	99,1
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	100,0
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	13,5
Indicador de Concentração de Renda ²	0,76

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

Como outros municípios classificados no Grupo 1, Sertãozinho apresenta bons índices de riqueza, longevidade e escolaridade. No período analisado, embora as taxas de mortalidade infantil e perinatal tenham aumentado, houve um bom desempenho na dimensão escolaridade.

Ranking 2000

60^o
Riqueza

201^o
Longevidade

317^o
Escolaridade

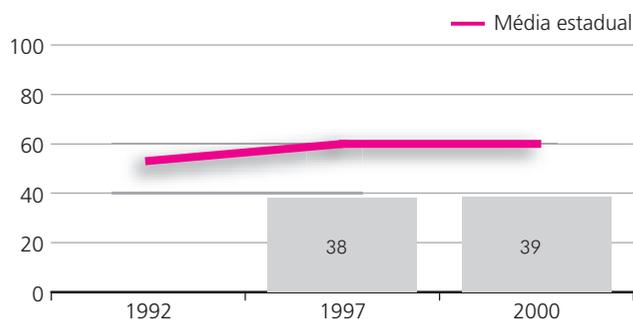
TAQUARAL

Taquaral manteve a classificação obtida em 1997, permanecendo no Grupo 4, que reúne os municípios do Estado de São Paulo que possuem baixo indicador de riqueza e nível razoável em longevidade ou escolaridade.



Riqueza: aumento do consumo de energia elétrica

Taquaral ocupou as seguintes posições no *ranking* de riqueza:
1997 – 364^a
2000 – 344^a



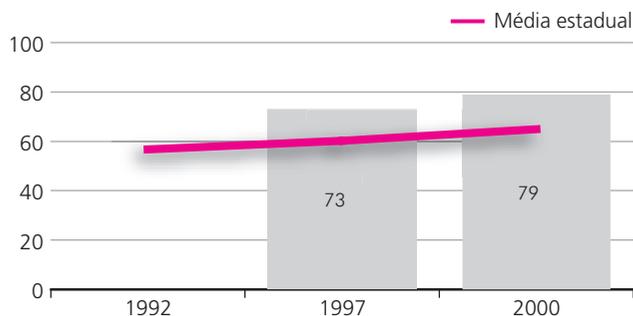
Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou de 6,5 MW para 13,5 MW;
- o consumo anual de energia elétrica por ligação residencial variou de 1,8 MW para 1,9 MW;
- o rendimento médio do emprego formal decresceu de R\$ 562 para R\$ 357;
- o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu de R\$ 2.206 para R\$ 1.824.

Diante do aumento expressivo do consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços, Taquaral progrediu algumas posições no *ranking* de riqueza, ainda que seu indicador situe-se abaixo das médias da RA de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo.

Longevidade: redução expressiva das taxas de mortalidade infantil e perinatal

Taquaral ocupou as seguintes posições no *ranking* de longevidade:
1997 – 73^a
2000 – 35^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 19,0 para 5,1;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) era de 12,8 e passou a ser nula;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) aumentou de 0,9 para 2,6;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) cresceu de 36,6 para 39,0.

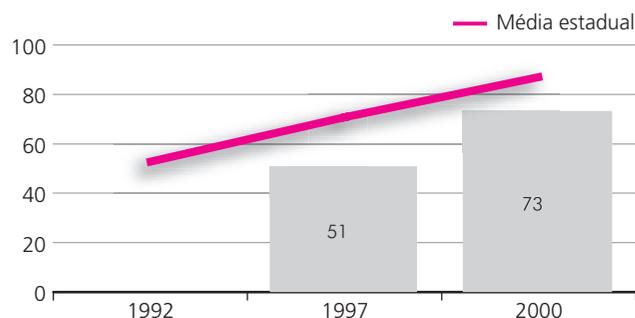
Com a redução expressiva das taxas de mortalidade infantil e perinatal no período, Taquaral passou a exibir níveis de longevidade acima da média da RA de Ribeirão Preto e avançou no *ranking*. Vale ressaltar que o município é de pequeno porte, portanto sujeito a maiores variações em suas taxas.

Escolaridade: amplia população jovem com ensino fundamental completo

Taquaral ocupou as seguintes posições no *ranking* de escolaridade:

1997 – 574^a

2000 – 501^a



Comportamento das variáveis que compõem esta dimensão no período 1997-2000:

- a proporção de pessoas entre 15 e 19 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 38,2% para 56,7%;
- aumentou de 13,9% para 20,1% o percentual de pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio concluído;
- o percentual de pessoas de 10 a 14 anos com mais de um ano de estudo subiu de 90,1% para 98,8% e o das pessoas entre 15 e 24 anos cresceu de 93,6% para 97,6%;
- não há participação do poder municipal na oferta de ensino fundamental público nos dois períodos.

Os avanços registrados no período, especialmente quanto à ampliação da parcela de jovens com ensino fundamental completo, fizeram Taquaral avançar no *ranking*, embora seus indicadores ainda não atinjam as médias regional e estadual.

Informações do Censo Demográfico – 2000

População Total (habitantes)	2.721
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	43,89
Número de Domicílios Particulares Permanentes	711
Domicílios com Ligação à Rede de Esgoto (em %)	94,1
Domicílios com Ligação à Rede de Água com Canalização Interna (em %)	99,1
Domicílios com Coleta de Lixo Direta ou Indireta (em %)	100,0
Domicílios com Iluminação Elétrica (em %)	99,7
Domicílios Inadequados ¹ (em %)	12,7
Indicador de Concentração de Renda ²	0,69

(1) Inadequado: domicílio (a) em setor censitário subnormal, ou (b) tipo cômodo, ou (c) sem banheiro, ou (d) com até três cômodos.

(2) Concentração de renda: intervalo interquartil (diferença entre o terceiro e o primeiro quartis) dividido pela média de rendimento domiciliar total. Para os 645 municípios, este indicador apresentou média de 0,72 e desvio padrão de 0,10. Em municípios com maior concentração de rendimento o indicador supera 0,82; em municípios com menor concentração o indicador é inferior a 0,62.

Síntese

O crescimento no indicador de riqueza foi pequeno, mas em longevidade os progressos foram significativos nas taxas de mortalidade infantil e perinatal. Em escolaridade, o município evoluiu, embora continue apresentando níveis inferiores aos estaduais, principalmente na conclusão do ensino médio na faixa entre 20 e 24 anos.

Ranking 2000

344^o
Riqueza

35^o
Longevidade

501^o
Escolaridade